

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

PHELLIPE DE ARAÚJO MAGALHÃES

A DIPLOMACIA DA VIOLÊNCIA:

o emprego da coerção na crise do Golfo Pérsico (1990-1991)

Rio de Janeiro

2021

PHELLIPE DE ARAÚJO MAGALHÃES

A DIPLOMACIA DA VIOLÊNCIA:

o emprego da coerção na crise do Golfo Pérsico (1990-1991)

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Alexandre Ricciardi dos Reis.

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sou grato a Deus por ter iluminado o meu caminho durante toda a minha jornada até aqui.

À minha amada esposa Aparecida, pela amizade, amor e dedicação que tem pela nossa família. O seu apoio é fundamental para que eu possa seguir focado nos desafios da minha carreira.

Aos meus queridos filhos Júlia e Gustavo, pelo carinho e compreensão dos momentos de ausência. A felicidade de vocês é o farol da minha vida.

À minha mãe Tânia e a meu irmão Carlos Paulo Júnior, pelos bons exemplos que sempre me ofereceram.

À Escola de Guerra Naval, pelos conhecimentos transmitidos, conduzido pela direção, corpo docente e por toda a administração.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (FN-RM1) Alexandre Ricciardi dos Reis, minha gratidão pelo suporte e orientações prestados ao longo deste trabalho.

Aos companheiros do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2021, em especial aos amigos da Turma “Almirante Bonoso”, agradeço pelo convívio agradável e cordial que tivemos ao longo do curso.

“Quanto mais forte somos, menos provável é a guerra.”

(Otto Von Bismarck)

RESUMO

O propósito da pesquisa é confrontar o modelo conceitual da teoria da coerção utilizada pelos Estados como diplomacia e os acontecimentos ocorridos na escalada da crise que levou à Primeira Guerra do Golfo (1990-1991). Em especial, as decisões, em nível político, a ameaça ao emprego da força militar como forma de influenciar o Estado visado a alterar o seu comportamento e o emprego do Poder Naval durante a manobra de crise. Procurou-se alcançar o propósito, utilizando a confrontação da teoria com a realidade, empregando-se de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa apoiou-se nos conceitos teóricos da coerção pelo pensamento de Thomas C. Schelling (1966), que percebeu a aplicação da coerção nas formas passiva e ativa. Para tal, classificou-as como dissuasão e compulsão, respectivamente. Após comparar as características do arcabouço teórico com a evolução da crise mencionada, concluiu-se que um Estado deve ter a capacidade militar compatível com os seus interesses. A pesquisa indicou ainda que o Poder Político poderá se arriscar em uma crise internacional independente de ter a competência militar necessária para uma vitória em caso de guerra. O fator preponderante é como os líderes políticos interpretam os riscos em comparação com as possíveis vantagens que podem alcançar no desdobramento de uma crise. Finalmente, identificou-se as características ativa e passiva da coerção ao longo da crise do Golfo Pérsico.

Palavras-chave: Coerção. Crise. Diplomacia. Golfo Pérsico. Poder Naval.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama com as principais diferenças entre dissuasão e compulsão	17
Figura 2 - Mapa do Kuwait	55
Figura 3 - Mapa de campos de petróleo na região do Golfo Pérsico	56
Figura 4 - Setores de responsabilidade da Operação de Interdição Marítima	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSNU -	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
DMD -	Doutrina Militar de Defesa
DMN -	Doutrina Militar Naval
EAU -	Emirados Árabes Unidos
EUA -	Estados Unidos da América
ex-URSS -	ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
NAe -	Navio Aeródromo
OIM -	Operação de Interdição Marítima
ONU -	Organização das Nações Unidas
OPEP -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A TEORIA DA COERÇÃO	10
2.1	Crise internacional político-estratégica	10
2.2	O emprego do Poder Naval em manobra de crise	12
2.3	As modalidades do uso da Coerção	14
2.4	Diferenças entre dissuasão e compulsão	15
2.5	O contraste entre força bruta e coerção	18
3	A CRISE DO GOLFO	21
3.1	Os argumentos iraquianos para a invasão	22
3.2	A falta de convicção nas ameaças iraquianas	24
3.3	A resposta internacional	28
3.4	A transição para a guerra	33
4	A MANOBRA DE CRISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COERÇÃO	38
4.1	A falha da dissuasão durante a crise do Golfo	38
4.2	O emprego do Poder Naval na crise do Golfo e o caso de sucesso da dissuasão	42
4.3	Características da componente compulsão da coerção durante a crise do Golfo	44
4.4	O emprego da diplomacia da violência	46
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

No início da década de 1990, com o fim da Guerra Fria (1947-1989) e, posteriormente, com a desintegração da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) em 1991, a estrutura bipolar do sistema internacional deu lugar ao sistema unipolar. Diante da nova realidade, os Estados estavam na busca de novos interesses.

Esses interesses convergem e divergem, com frequência, por diversas razões, tais como: a manutenção da soberania, reparações econômicas, disputa por recursos energéticos, alimentos ou poder. Dessa forma, em um ambiente competitivo, entender que as tensões podem escalar das negociações pacíficas ao conflito armado torna-se importante.

Neste contexto, a crise¹ ocorre após a quebra do equilíbrio entre duas ou mais partes envolvidas, em um determinado contencioso, evoluindo para uma fase de tensão. Assim, na busca por soluções é desencadeado um conjunto de medidas, caracterizado como manobra de crise, a qual possui como finalidade básica conseguir a paz, porém acompanhada da maior vantagem possível nas negociações, evitando que as tensões entre os Estados evoluam para a guerra.

Portanto, de modo a melhor entender as medidas desenroladas à condução de uma crise, examinaremos o emprego da coerção descrito pelo autor Thomas Crombie Schelling (1921-2016), em sua obra “Armas e Influência²”, publicada em 1966, na qual descreve o emprego da estratégia da coerção no campo diplomático.

Com isso, o propósito deste trabalho é confrontar os fundamentos teóricos da coerção utilizado como diplomacia pelos Estados, com os acontecimentos ocorridos na escalada da crise que levou à Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), evidenciando os pontos de aderência entre eles.

¹ A crise é um estado de tensão desencadeado logo após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas em um contencioso, com elevada probabilidade de risco de guerra (BRASIL, 2015).

² No original: “*Arms and Influence*”.

Para atingir tal propósito, será utilizado como desenho de pesquisa análise comparativa entre a teoria e a realidade, com base na pesquisa bibliográfica e documental. A teoria da coerção será confrontada com os fatos ocorridos, ao longo da crise do Golfo Pérsico, no período entre 1990 e 1991. Os estudos estarão restritos às ações diplomáticas dos Estados envolvidos direta e indiretamente na crise, na relevância do emprego do Poder Naval na manobra de crise e limitada no espaço temporal entre os momentos que antecederam a invasão do Kuwait pelo Iraque (1990) e o início do conflito armado em janeiro de 1991³.

Então, a questão central desta dissertação é: Quais são os pontos de aderência entre a teoria da coerção em relação à crise do Golfo ocorrida entre os anos de 1990 e 1991? Além da questão central, com o fito de alcançar a resposta da pesquisa, buscaremos responder às seguintes questões complementares: o que motivou o então líder iraquiano, Saddam Hussein (1937-2006), a invadir o Kuwait? Qual foi a reação internacional em resposta à agressão sofrida por um Estado soberano? Como a coerção foi utilizada ao longo da crise?

Para responder aos questionamentos e atingir o propósito mencionado, este trabalho está dividido em cinco capítulos. A presente introdução descreve o tema proposto. O segundo capítulo será destinado à fundamentação teórica, com destaque aos pontos principais da teoria da coerção fundamentados por Thomas Schelling (1966). Em seguida, no terceiro capítulo, o objetivo será descrever a evolução das tensões ocorridas durante a crise selecionada para análise posterior. No quarto capítulo, será realizada a confrontação entre a fundamentação teórica e os acontecimentos ocorridos ao longo da crise do Golfo. Por fim, o quinto e último capítulo, expressará uma conclusão do estudo realizado, tendo como base a análise dos fatos e argumentos anteriormente expostos.

³ A conflagração militar, com o objetivo de expulsar as tropas iraquianas do Kuwait, ocorreu de janeiro a março de 1991 (WAACK, 2011).

2 A TEORIA DA COERÇÃO

Ao longo deste capítulo abordaremos o arcabouço teórico escolhido para esta pesquisa. Sua colocação é necessária para possibilitar, nos próximos capítulos, a confrontação da teoria com os fatos históricos da crise do Golfo Pérsico. Antes de ingressar no conceito da coerção, estabeleceremos as definições de crise internacional político-estratégica e a importância do emprego do Poder Naval em manobra de crise.

Então, para organizar melhor este capítulo e facilitar a sua compreensão, ele será dividido em cinco seções. Na primeira delas, apontaremos a definição de crise internacional político-estratégica. A segunda abordará o emprego do Poder Naval em manobra de crise. Na terceira, apresentaremos as modalidades do uso da coerção e na sequência as diferentes ramificações da sua aplicação. Por fim, fecharemos o capítulo com as diferenças entre o uso da força bruta e a coerção.

2.1 Crise internacional político-estratégica

A política e a guerra estão intimamente relacionadas e por vezes uma má condução da política pode levar à escalada de uma crise. Segundo Thomas Schelling (1966), a crise reside na imprevisibilidade de seu resultado, com o risco de as ações fugirem do controle dos adversários, causando um desfecho que pode ser indesejado por todas as partes envolvidas.

Já na Doutrina Militar Naval (DMN), encontramos a explicação de que a crise, no campo político-estratégica, é um tipo de conflito⁴ internacional desencadeado, após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas em uma determinada disputa. Caracteriza-se por um estado de grandes tensões, com elevada probabilidade de agravamento e

⁴ Para esta pesquisa, entende-se por conflito o fenômeno social caracterizado pelo choque de vontades, decorrente do confronto de interesses, constituindo uma forma de buscar-se uma solução ou compromisso. Os meios a empregar e as ações a desenvolver dependem do poder relativo dos oponentes (BRASIL, 2007).

risco de guerra (BRASIL, 2017).

Em virtude da amplitude do tema, adotamos em nossa pesquisa a definição, para a crise internacional político-estratégica, prevista na Doutrina Militar de Defesa (DMD), que a especifica como:

Um estágio de conflito, entre dois ou mais Estados, em que o desencadeamento proposital de uma situação de tensão visa alcançar objetivos políticos ou político-estratégicos, por meio da manipulação do risco de uma guerra, com atitudes e comportamentos que indicam ser a situação extrema compatível com razões maiores, quase sempre ocultas ou não explicitamente declaradas (BRASIL, 2007, p. 29).

Dessa maneira, com base na definição mencionada, é possível identificar características básicas da crise internacional político-estratégica gerada na invasão do Kuwait pelo Iraque, ocorrida em 1990, como veremos em mais detalhes no terceiro capítulo. O primeiro ponto é a existência de adversários definidos, Kuwait e Iraque. Encontramos outra similaridade na forma proposital como foi desencadeada, pelo Estado iraquiano, que usou como justificativa a narrativa que o Kuwait fazia parte do Iraque antigo e a sua anexação era uma decisão natural; além disso, a alegação que o Kuwait estava desviando petróleo de campos iraquianos, próximos aos dois Estados (WAACK, 2011).

Outrossim, a DMD (2007) aponta o desenvolvimento das tensões com influência das opiniões públicas nacionais e internacionais. A invasão citada gerou reação, na comunidade internacional e a Organização das Nações Unidas⁵ (ONU) respondeu prontamente à agressão. Como exemplo, citamos o embargo econômico⁶, imposto pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU), por intermédio da resolução 661 de 1990. Com fito de garantir o embargo, a resolução 665, do mesmo ano, solicitou aos Estados-membros o envio de forças navais para a região do Golfo Pérsico, a fim de interromper o fluxo do comércio marítimo do Iraque e Kuwait. Dessa

⁵ A Organização das Nações Unidas (ONU ou UN, na sigla em inglês, para *United Nations*), foi oficialmente fundada em 1945. É uma organização internacional baseada no princípio de igualdade soberana entre os Estados-membros e apresenta como um dos seus propósitos a manutenção da paz e da segurança internacional (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

⁶ O embargo econômico foi definido na resolução 661 de 1990 do CSNU, como uma orientação a todos os Estados-membros em evitar exportar todas as mercadorias, incluindo armas e qualquer outro equipamento militar, para Kuwait e Iraque, assim como importar qualquer produto oriundo desses Estados.

forma, foi possível validar o nosso objeto de estudo como uma crise internacional político-estratégica e, ainda, identificar a importância de analisar o emprego do Poder Naval⁷ nas ações conduzidas durante a manobra de crise.

2.2 O emprego do Poder Naval em manobra de crise

Após definir o conceito de crise internacional político-estratégica, faz-se necessário analisar como conduzi-la. Segundo a DMN (2017), deve-se conduzir por meio da manobra de crise, que é dirigida pela expressão política do Poder Nacional⁸ e tem por finalidade básica conseguir uma paz vantajosa, evitando que evolua para o conflito armado. A manobra de crise deve compreender ações para distender, estabilizar ou escalar quanto à situação conflituosa a qual, normalmente se faz, por tempo determinado, para a tomada de decisões e preparação para eventual aplicação da força.

O tempo, na manobra de crise, deve ser suficiente para uma tomada de decisão cuidadosa e permitir a comunicação entre os dois lados em disputa. Entretanto um ultimato pode ser utilizado para acelerar o poder de barganha e forçar o adversário a concordar com as demandas desejadas (GEORGE; SIMONS, 1994).

Além do tempo, as ações conduzidas durante uma crise derivam das expressões do Poder Nacional, principalmente, o Poder Militar⁹. Essa expressão é aplicada para pressionar o oponente e induzi-lo a alterar seu comportamento de maneira favorável aos nossos interesses, de tal modo que possibilitará alcançar o objetivo político. O propósito inicial das forças

⁷ O Poder Naval é a parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Por sua vez, o Poder Marítimo resulta da integração dos recursos que um Estado possui para a utilização do mar e águas interiores (BRASIL, 2007).

⁸ O Poder Nacional apresenta-se como a conjugação de capacidades que tem um Estado, voltada para o alcance de determinada finalidade. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2015).

⁹ O Poder Militar é de natureza preponderante militar, formada por um conjunto de homens e meios que um Estado dispõe para alcançar seus objetivos (BRASIL, 2007).

militares é persuadir o oponente e indicar-lhe a nossa firme disposição de seguir até as últimas consequências (BRASIL, 2007).

Um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional é o Poder Naval. Em razão de suas características¹⁰ de mobilidade, flexibilidade, versatilidade e permanência, torna-se um importante instrumento para demonstrar força e influenciar o Estado visado a realizar o que desejamos. Essas características o tornam a ferramenta escolhida pelo Poder Político que pretende ameaçar ou usar a força de maneira limitada nas suas negociações (CABLE, 1985).

No passado, alguns teóricos clássicos já defendiam o uso da diplomacia naval, ou seja, o uso de meios navais como instrumento da diplomacia. Como exemplo, citamos Alfred Thayer Mahan (1840-1914). O autor argumentou que o Poder Naval aumenta o prestígio, a segurança e a influência de um Estado, além de defender que grandes potências precisam ser fortes no mar (MAHAN, 1987).

Além dos teóricos clássicos, alguns autores contemporâneos, como Geoffrey Till (1945-), também defendem a importância do mar, principalmente no mundo globalizado. O Poder Naval não só manteve a sua importância, como aumentou a sua capacidade em gerenciar tensões, prevenir, limitar ou resolver conflitos. A marinha sempre foi um instrumento da política e uma ferramenta de apoio à diplomacia em tempo de paz (TILL, 2009).

Diante desse contexto, visualizamos o emprego militar no suporte à diplomacia e na tentativa de solucionar tensões. Observamos, também, a importância do Poder Naval como um dos instrumentos utilizados para influenciar o Estado visado a obedecer às nossas exigências. No terceiro capítulo, utilizaremos esse conceito, para confrontar com a realidade e verificar como uma força naval foi aplicada na condução de uma crise. Essa preponderância do

¹⁰ As características do Poder Naval são: mobilidade que é a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, em condições de emprego imediato; permanência que é a capacidade de operar, continuamente, em áreas distantes e de grandes dimensões; versatilidade que significa alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas; flexibilidade que significa a capacidade de organizar agrupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando seu emprego gradativo (BRASIL, 2017).

emprego militar, nas negociações entre Estados, remete-nos à coerção. Caberá ao poder político a decisão dos limites da coerção e qual a modalidade será utilizada na defesa dos seus interesses.

2.3 As modalidades do uso da Coerção

A diplomacia versa sobre a condução das relações internacionais por meio de negociações. O importante na diplomacia é o método utilizado para negociar e não o seu conteúdo (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Ela busca obter resultados, nem sempre ideais, com o uso da barganha para convencer a outra parte. É possível conseguir maiores vantagens, por intermédio de concessões, trocas ou colaborações. A negociação pode ser educada ou agressiva, envolver ameaças ou ofertas, ser entre amigos ou inimigos, mas deve haver algum interesse comum (SCHELLING, 1966).

O autor Alexander L. George (1920-2006) apresenta uma forma alternativa de praticar a diplomacia. Ele descreve sobre a utilização de caminhos em que a ameaça é empregada como instrumento político, a diplomacia coercitiva. Identifica o conceito como uma estratégia defensiva, que visa convencer um oponente a parar ou reverter uma ação. Segundo o autor, para o uso ofensivo de ameaças coercitivas, é melhor empregar o termo chantagem e separar, ainda, a coerção da dissuasão. A dissuasão para ele é a ameaça a fim de convencer um adversário a não realizar uma ação ainda não iniciada. A diplomacia coercitiva é uma resposta a uma ação em curso (GEORGE; SIMONS, 1994).

Por outro lado, antes do Alexander George (1994), o economista estadunidense Thomas Schelling (1966) separou a coerção em dois seguimentos. O primeiro é a dissuasão, já ao outro ele utilizou o termo compulsão¹¹. Para ele, a diplomacia coercitiva está fundamentada

¹¹ No original: “*compellence*”. O autor Thomas Schelling (1966) definiu o termo “*compellence*” como uma das componentes da coerção. Entretanto, ao longo do nosso trabalho, iremos adotar o termo compulsão. A nossa escolha teve como base o uso da palavra, no idioma português, já constar no Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015).

na capacidade de influenciar outra parte baseada no poder de ferir, causar dano ao oponente.

A dissuasão tem um caráter passivo, algo como defesa, manter o *status quo*. Está relacionada com desencorajar o adversário a realizar uma ação por meio do medo, portanto prevenir que uma ação seja realizada por receio das consequências. Ela traça um limite no qual uma reação será desencadeada contra o adversário caso ele ultrapasse a fronteira imposta (SCHELLING, 1966).

Compulsão significa influenciar o adversário a realizar ou desfazer um movimento que nos seja favorável pelo medo das implicações. O termo tem um caráter ativo, envolve ação. O movimento é realizado em direção ao oponente e caberá a ele decidir se realiza a ação que desejamos ou enfrenta as consequências (SCHELLING, 1966).

Cabe ressaltar que a interpretação dada pelo teórico Thomas Schelling (1966), para coerção e suas variantes, serão as definições aplicadas nesta pesquisa. Para tal, vamos verificar na próxima seção, as principais diferenças entre elas. Outrossim, para este trabalho, ao citarmos a expressão diplomacia coercitiva, estamos abordando o uso ou a ameaça do uso da força militar pelos Estados para alcançar objetivos políticos (MORGAN, 2003).

2.4 Diferenças entre dissuasão e compulsão

A dissuasão e a compulsão, ambas dentro da coerção, diferem entre uma ameaça intencional para influenciar o adversário a realizar algo que não deseja e uma ameaça para impedi-lo de iniciar um movimento. Diferem, ainda, na iniciativa e no tempo.

Na intenção de melhor ilustrar a diferença entre os conceitos, usaremos o exemplo de dois carros em uma estrada. Na dissuasão, utilizamos um automóvel para bloquear a estrada e caberá ao adversário decidir se continua em direção ao automóvel que bloqueia a estrada ou não. A ameaça é passiva, só haverá a colisão se a outra parte continuar até o ponto do bloqueio (SCHELLING, 1966).

Na compulsão a ameaça é ativa. Agora dirigimos um carro, em alta velocidade em direção oposta à do adversário. Caberá a ele sair do caminho ou o choque irá ocorrer. É uma ameaça que obriga um movimento (SCHELLING, 1966).

A dissuasão é estática, defensiva, tende a ser indefinida no tempo. Algo só será realizado se o adversário ultrapassar o limite imposto. Outro ponto reside na ameaça; nesse cenário, o opositor é comunicado por diversas vezes do risco em avançar, precisa ser uma ameaça persuasiva. Não ser convincente apenas em palavras, mas ser viável a ser executada. O esforço da dissuasão está voltado para o início da crise, o que acontece depois vai depender do comportamento do opositor, é uma estratégia defensiva (SCHELLING, 1966).

Dessa forma, a dissuasão tem como objetivo desencorajar um antagonista de realizar uma ação ou movimento que nos é desfavorável por meio do medo. Induzir a força adversária a não prosseguir, convencê-la de que a sua ação terá um custo elevado para ser colocada à prova. Em outras palavras, é evitar que uma ação ainda não iniciada venha a ocorrer, visa manter o *status quo*.

Por outro lado, a compulsão é dinâmica, ofensiva, precisa ser definida no tempo. Deve buscar convencer o adversário a realizar ou desfazer uma ação que desejamos. Nesse contexto, a ameaça tem um caráter de obrigação, requer punição em caso de não obediência. Geralmente envolve iniciar uma ação que só cessa ou tornar-se inofensiva após a submissão do adversário. Diferente de ameaçar disparar uma arma caso o oponente se mova (dissuasão), é atirar e avisar que o adversário será atingido caso não se mantenha fora do alcance do nosso armamento (compulsão). Para ser eficaz, precisa ser estabelecido um prazo, entretanto não pode ser muito curto a ponto de não deixar opção ao adversário. Esse deverá ter tempo suficiente para realizar a ação imposta. O prazo estabelecido é a última chance clara que o Estado coagido tem de evitar a punição (SCHELLING, 1966).

Portanto compulsão possui como objetivo fazer o antagonista realizar ou desfazer

uma ação, que atenda aos nossos interesses, por medo das consequências. É ameaçar usar a força, ou ainda, o uso limitado da força para convencer o adversário a interromper uma ação já iniciada ou realizar uma ação que não desejava, alterar o *status quo*.

A FIG. 1 representa um diagrama com as principais diferenças observadas, no conceito da coerção, apresentada na teoria de Thomas Schelling.

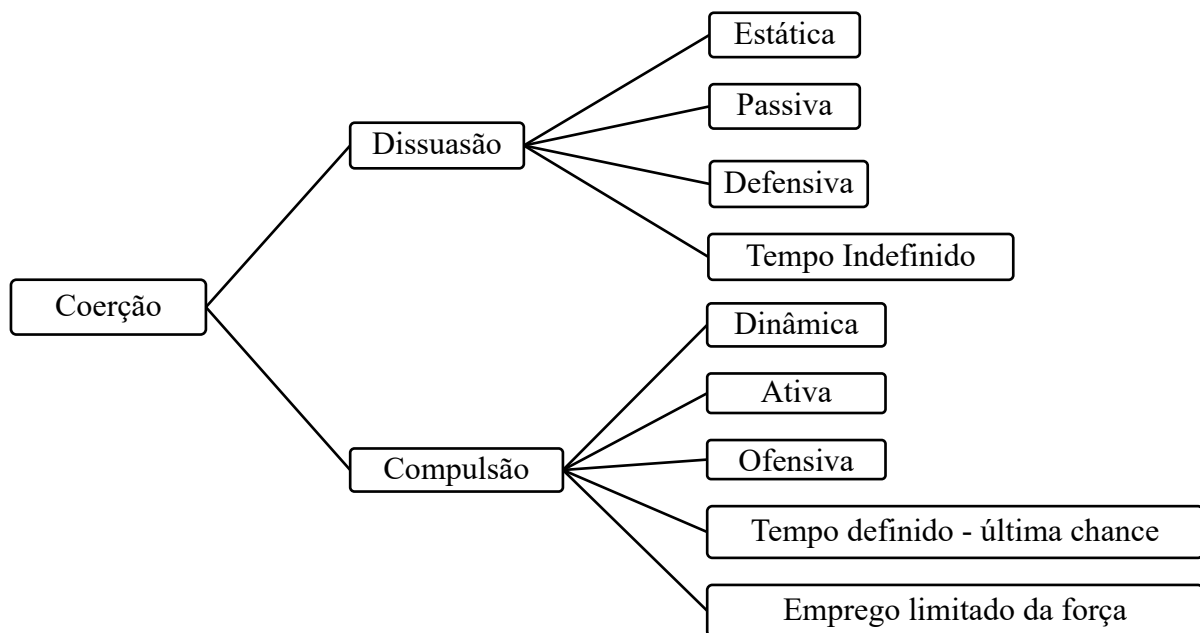


FIGURA 1 – Diagrama com as principais diferenças entre dissuasão e compulsão.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Percebemos, com os conceitos descritos anteriormente, que, durante a manobra de crise, o uso da força é reservado a ameaças ou seu uso é empregado de maneira limitada e gradual. Em paralelo à estratégia da coerção, é fulcral a preparação da força militar, para o caso de falha nas negociações. Sendo assim, a mensagem para a outra parte deve ser clara, além de demonstrar poder, com o objetivo de influenciar a percepção do oponente.

A demonstração de poder pode ser alcançada de diversas formas, como exemplo ilustramos o teste de um armamento com grande capacidade de destruição e ampla divulgação na mídia, deslocamento de uma esquadra para as proximidades do Estado visado ou ainda posicionar tropas na fronteira do oponente. Concluimos que caberá aos líderes políticos

decidirem os limites da diplomacia coercitiva. Na próxima seção, observaremos a diferença entre o emprego militar como força bruta e a sua aplicação na coerção do oponente.

2.5 O contraste entre força bruta e coerção

Existe uma diferença entre tomar a força o que se deseja e fazer o outro entregar por medo da ameaça realizada. A força bruta, como a militar, pode ser utilizada a fim de alcançar objetivos políticos de maneira direta, sem negociação ou uso da ameaça. Já a coerção utiliza a força militar para intimidar e influenciar os adversários. A diplomacia coercitiva utiliza a capacidade de causar dano para obter vantagens nas negociações. Todavia é importante mencionar que a capacidade de explorar o poder de ferir depende do quanto o adversário pode golpear em troca. Além disso, a coerção por ameaça de dano exige interesses comuns para ter chance de sucesso (SCHELLING, 1966).

Podemos inferir que a força bruta é utilizar o poder militar ou a capacidade de causar dano para conquistar o que se deseja sem negociar. Por outro lado, a coerção é utilizar esse poder, para obter vantagens nas negociações, fazer o oponente mudar o comportamento por medo do prejuízo que pode sofrer ou por mais sofrimentos que estão por vir.

A coerção é uma estratégia atrativa por oferecer uma solução razoável, durante uma crise, com um custo baixo em relação à guerra. Outrossim, reduz o risco de contaminar a relação futura entre os dois oponentes se comparada com o uso da força bruta em uma estratégia militar¹² tradicional. O problema no uso da diplomacia coercitiva é o desejo do seu emprego de maneira frequente. Esse fato ocorre, quando um Estado acredita ser possível intimidar seus adversários mais fracos a manter o *status quo*, com baixo risco de evoluir para a guerra (GEORGE; SIMONS, 1994).

¹² A estratégia militar é a arte e a ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o Poder Militar durante os conflitos, visando à conquista ou manutenção dos objetivos políticos (BRASIL, 2015).

Ao analisar os conceitos apresentados, identificamos que, diante de uma crise internacional político-estratégica, um dos caminhos, para evitar o conflito, é utilizar a coerção. Entretanto a diplomacia coercitiva não impede a ameaça do uso da força como alternativa para alcançar os objetivos visados. Essas ameaças devem explorar o que é caro ao rival, conter demonstrações claras das capacidades que temos em utilizar o Poder Militar e, principalmente, o poder de ferir. Assim, causar medo e influenciar a conduta do oponente de maneira que nos é favorável.

Segundo Schelling (1966), a transição do uso direto da força bruta contra objetivos militares, para o emprego da sua habilidade de poder golpear, durante as negociações de uma crise, fez a diplomacia coercitiva alterar a estratégia militar. Ele explica que a capacidade de ferir o adversário representará o quanto se pode usar isso a seu favor nas negociações. Explorar essa vantagem é diplomacia, porém pode tornar-se um vício aos Estados poderosos, mesmo assim, ainda será diplomacia. Continua, ainda, a diferenciar o uso da força, para conquistar um objetivo e o seu uso ou ameaça de uso a coagir o adversário a ceder, diante da destruição que pode sofrer. Nesse contexto, definiu como a diplomacia da violência:

A estratégia militar não pode mais ser pensada, como poderia para alguns Estados em algumas épocas, como a ciência da vitória militar. Agora é igualmente, se não mais, a arte da coerção, da intimidação e da dissuasão. Os instrumentos de guerra são mais punitivos do que aquisitivos. A estratégia militar, gostemos ou não, tornou-se a diplomacia da violência (SCHELLING, 1966, p. 34. Tradução nossa)¹³.

A violência está relacionada com a aplicação da força. Ela pode ser empregada de maneira direta, limitada ou como intimidação. Dessa forma, o Poder Militar acabou tornando-se um instrumento de coerção, que pode ser aplicado à dissuasão ou à compulsão.

Em relação ao uso simbólico da força para convencer um adversário, a intensidade depende do ponto de vista entre o que sofre e quem aplica o dano. Um bombardeio de uma

¹³ No original: “*Military strategy can no longer be thought of, as it could for some countries in some eras, as the science of military victory. It is now equally, if not more, the art of coercion, of intimidation and deterrence. The instruments of war are more punitive than acquisitive. Military strategy, whether we like it or not, has become the diplomacy of violence.*”

cidade pode ser interpretado como um ataque em larga escala por quem sofreu. Por outro lado, para o executor, pode ser considerada apenas uma demonstração de força para fazer o oponente desistir sem lutar (LUTTWAK, 1974).

Portanto, neste capítulo, estudamos a fundamentação teórica selecionada para esta pesquisa. Na primeira seção, estabelecemos a definição de crise internacional político-estratégica que será empregada no nosso trabalho e validamos o nosso objeto de estudo como uma crise. Concluimos que os pontos característicos de uma crise internacional político-estratégica são: tensões geradas por um conflito de interesses entre dois ou mais Estados; as tensões são ocasionadas de maneira proposital por uma das partes; visa atender objetivos políticos; e utiliza a ameaça de escalar da crise para a guerra, com a intenção de alcançar vantagens durante as negociações.

Posteriormente, descrevemos o emprego do Poder Naval, nas ações conduzidas durante uma manobra de crise, que possibilitará maior entendimento da sua importância na condução da crise do Golfo. As características do Poder Naval, como exemplo, a mobilidade e a permanência, fornecem ao Poder Político um importante instrumento de coerção, uma vez que os meios navais podem ser empregados em grandes distâncias e por longos períodos.

Por fim, relatamos a teoria da coerção e as suas componentes, dissuasão e compulsão, definidas por Thomas Schelling (1966), assim como a evolução da estratégia puramente militar para a diplomacia da violência. Então, a diplomacia da violência é o uso da coerção como forma de barganha nas negociações entre os Estados. É o uso limitado da força ou ameaça do uso para influenciar o antagonista a atender aos nossos interesses e pode ser utilizada de forma defensiva ou ofensiva. Em caso de não obediência do Estado visado a força bruta é empregada para punir e garantir que a nossa vontade prevaleça. Concluída essa análise, a crise do Golfo será sintetizada, no próximo capítulo, para permitir a sua posterior confrontação com a teoria.

3 A CRISE DO GOLFO

Em agosto de 1990, as tropas iraquianas invadiram e dominaram o Kuwait. A causa principal que foi atribuída para esse ato de violência foi a econômica. O então presidente iraquiano Saddam Hussein queria conquistar as riquezas dos campos petrolíferos do seu Estado vizinho. Contudo a invasão do Kuwait foi condenada pela comunidade internacional e gerou uma série de resoluções do CSNU. Em novembro de 1990, o CSNU editou a resolução 678, a qual exigia a retirada das forças iraquianas do Kuwait até 15 de janeiro de 1991 (LAGARDE, 2015).

Na intenção de combater as hostilidades iraquianas, foi formada uma Coalizão internacional com mais de 30 Estados. Entre eles, formavam a coalizão Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, França, Arábia Saudita, Egito, Síria e o próprio Estado agredido, Kuwait (VIDIGAL, 1992).

Neste capítulo, descreveremos a crise do Golfo e o dividiremos em quatro seções para um melhor entendimento. Na primeira seção, apresentaremos as argumentações iraquianas para a invasão. Na segunda seção, apontaremos a falta de convicção da comunidade internacional nas ameaças do ex-líder iraquiano, Saddam Hussein. Após conhecer as motivações do Iraque para a invasão, na terceira seção, analisaremos a reação internacional em oposição ao Estado iraquiano. Por fim, na quarta seção, será abordado a escalada militar durante a manobra de crise e a evolução das tensões que atingiu o seu ápice com o início da Primeira Guerra do Golfo.

O objetivo deste capítulo é apontar os principais fatos históricos e dados relevantes que permitam uma reflexão e comparação com os conceitos teóricos apresentados no capítulo anterior, porém sem deixar de abordar os elementos capitais que visam permitir o entendimento da crise do Golfo. Dessa forma, será possível identificar as informações necessárias que nos conduzam à resposta à nossa pesquisa.

3.1 Os argumentos iraquianos para a invasão

O Kuwait é um Estado localizado no Oriente Médio, posicionado no extremo Noroeste do Golfo Pérsico (FIG. 2, ANEXO A). É um pequeno reino árabe, com aproximadamente 18 mil km² de extensão territorial, porém extremamente rico. O Kuwait possui fronteiras terrestres com o Iraque e Arábia Saudita. A sua costa marítima tem aproximados 500 km e possui nove Ilhas incluídas (CASEY, 2007). Esse pequeno e rico Estado árabe sofreu agressão à sua soberania, em 2 de agosto de 1990, quando teve o seu território violado por blindados do Exército iraquiano (LAGARDE, 2015).

O Iraque tentou justificar a invasão utilizando diversos argumentos, entre eles, o histórico foi utilizado para explicar que o Kuwait não era independente e sempre fez parte do Iraque. A base para essa afirmação foi o fato de o Kuwait ter pertencido ao então Império Otomano (1299-1922). Após o colapso desse Império, o território kuwaitiano passou a pertencer ao Iraque por ser, segundo eles, o Estado sucessor do Otomano na região (CASEY, 2007).

O *The Baghdad Observer*, que foi um jornal de conteúdo político editado pelo governo iraquiano no idioma inglês, publicou alguns artigos, ao longo da crise, na tentativa de endossar a relação histórica entre os dois Estados. Um desses artigos fez menção a um mapa do século VIII para justificar a presença iraquiana na região que hoje pertence ao Kuwait (MILLER; MYLROIE, 1991).

Afirmações históricas à parte, as razões econômicas também foram utilizadas como justificativa. Os dois Estados envolvidos na crise tinham campos de petróleo muito próximos em suas fronteiras, *Rumaila* pertencente ao Iraque e *Ratqa* propriedade do Kuwait (FIG. 3,

ANEXO B). O Iraque acusou o Kuwait de utilizar a perfuração inclinada¹⁴ para desviar o petróleo de suas reservas na região. Além disso, acusava o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos (EAU) de violarem a política interna da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A acusação apontava a um excesso de produção, acima da cota estipulada pela OPEP e, por consequência, reduzia o valor do barril desse insumo energético. Essa prática prejudicava a economia iraquiana que tinha na venda dessa *commodity* a sua principal receita (CASEY, 2007).

As justificativas, no campo financeiro, foram bastantes utilizadas. Cabe mencionar que o Iraque estava endividado após oito anos de guerra contra o Irã¹⁵ (1980-1988). A dívida externa era estimada em US\$ 80 bilhões. Além do fardo econômico causado pela guerra, o Iraque sofreu a perda de centenas de milhares de homens. Diante desse cenário e na busca de recuperar o vigor econômico do país, Saddam Hussein exigia o perdão da dívida dos créditos recebidos de Estados vizinhos, ao longo da guerra, principalmente Kuwait e Arábia Saudita (LAGARDE, 2015).

A cobrança da dívida construída, durante a guerra por parte dos seus vizinhos árabes, não era tolerada pelo ex-líder iraquiano, pois, em seu julgamento, o Iraque carregou sozinho o peso de conter o avanço da revolução islâmica¹⁶ dos iranianos (1979). Outrossim, Saddam Hussein ainda cobrou ao Kuwait uma reparação de aproximadamente US\$ 10 bilhões como compensação pelas perdas de vidas iraquianas causadas na luta contra o Irã (WAACK,

¹⁴ O Iraque acusou o Kuwait de construir poços de petróleo dentro do território kuwaitiano, porém a exploração era inclinada ao ponto de ultrapassar a fronteira e explorar o petróleo em campos localizados no Iraque (CASEY, 2007).

¹⁵ A Guerra entre Irã e Iraque foi motivada por disputas territoriais e políticas. Em setembro de 1980, o Iraque invadiu o Irã. Saddam Hussein acreditava que obteria uma rápida vitória, pois calculava que as forças de Teerã estavam enfraquecidas, pelos enfrentamentos ocorridos durante a revolução pela qual aquele Estado havia passado. Contudo o conflito perdurou até 1988, e os iraquianos foram obrigados a recorrer a empréstimos, para não serem derrotados, sendo o Kuwait um desses financiadores (RAZOUX, 2015).

¹⁶ Em 1979, após uma série de manifestações em massa e greves ocorridas, na década de 1970 no Irã, o então Xá Reza Pahlevi (1919-1980) foi derrubado pela chamada Revolução Iraniana. Após a derrubada do Xá Pahlevi, Ruhollah Khomeini (1902-1989) ascendeu ao poder como líder supremo, transformando o Irã em uma República Islâmica, baseada nos preceitos religiosos do islamismo (COGGIOLA, 2008).

2011).

Além das motivações históricas e financeiras, existia uma justificativa menos explícita, a geográfica. Após a independência do Iraque (1932) e a confirmação de suas fronteiras, o Estado iraquiano se viu cercado por terra com apenas uma pequena saída para o mar. Por outro lado, o Kuwait esbanjava um litoral maior e próspero. Essa diferença na extensão do litoral levou o Iraque a pressionar o Kuwait pelo direito de melhor acesso ao Golfo Pérsico (MILLER; MYLROIE, 1991).

Outro fator implícito para a ocupação era o político. Saddam Hussein acreditava que poderia surgir no Oriente Médio uma potência árabe, caso houvesse uma união do povo¹⁷ árabe e dos recursos financeiros, em especial, o petróleo. O mundo árabe poderia ser um grande ator global e ele tinha a ambição de ser o líder dessa grande e poderosa potência emergente (GEORGE; SIMONS, 1994).

Diversas razões podem ter levado o então presidente do Iraque a tomar a decisão de invadir e ocupar o Kuwait, porém a pergunta que fica é o porquê as pressões internacionais não foram suficientes, para impedir a sua ação e quais interpretações o levaram a acreditar que não existiriam retaliações à sua decisão. Com o objetivo de entender esses questionamentos, será necessário buscarmos quais medidas foram tomadas no campo diplomático.

3.2 A falta de convicção nas ameaças iraquianas

Em uma reunião de cúpula da Liga dos Estados Árabe¹⁸, realizada em maio de 1990, Saddam Hussein voltou a acusar o Kuwait. Agora alegava existir uma aliança entre os EUA,

¹⁷ Para esta pesquisa, a definição de povo será um agrupamento humano com cultura semelhante, língua, religião e tradições, implicando certa homogeneidade e desenvolvimento de fortes laços de solidariedade entre si. Por outro lado, população faz referência a um aspecto quantitativo, não considera qual a condição do indivíduo. População pode ser definido como um conjunto de pessoas que habita um espaço geográfico (DIAS, 2013).

¹⁸ A Liga dos Estados Árabes é uma organização regional dos Estados Árabes do Oriente Médio e Norte da África. Ela foi instituída em 1945 e tem como propósito reforçar as relações entre os Estados-membros, coordenar suas políticas com o intuito de alcançar a cooperação entre eles, salvaguardar a soberania e gerenciar os assuntos e interesses dos Estados árabes (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

Israel e Kuwait que conspiravam contra o seu governo. Durante as diversas acusações, Saddam Hussein já posicionava parcela de suas tropas ao longo da fronteira com o Kuwait. Enquanto o Iraque realizava exercícios militares, na fronteira com o Kuwait, as negociações ocorriam em paralelo. A Arábia Saudita estava disposta a contribuir financeiramente para evitar a guerra, assim como o então presidente do Egito, Hosni Mubarak (1928-2020), tentava em conjunto com o então rei da Jordânia, Hussein (1935-1999), convencer o ex-líder iraquiano a não invadir o Kuwait (CASEY, 2007).

O Iraque utilizava o Poder Militar como poder de barganha. Em resposta, os EUA realizaram um exercício militar combinado com a Marinha dos EUA na região do Golfo Pérsico. A intenção era convencer o Iraque a não agir militarmente contra o Kuwait. Contudo diferente dos EUA, que encerraram os exercícios e retiraram seus meios da região, o Iraque manteve as suas forças militares em posição de ameaça (MILLER; MYLROIE, 1991).

Em face ao exposto até o momento, podemos concluir que os reclames iraquianos eram: reparação financeira pelo esforço de guerra contra o Irã; o cumprimento pelo Kuwait das cotas de produção de petróleo estabelecidas pela OPEP; a interrupção do desvio de petróleo praticada pelo Kuwait, nos campos localizados junto à fronteira; a questão geográfica relativa a um maior acesso do Iraque ao mar e o término das conspirações do Kuwait, EUA e Israel contra o Estado iraquiano. Mesmo diante das múltiplas exigências e movimentações de tropas iraquianas, as negociações, a fim de solucionar a crise, ocorreram como se a invasão fosse pouco provável, pelo menos na interpretação estadunidense.

Ao longo das negociações, os Kuwaitianos receberam informações, principalmente dos EUA, que o Iraque não invadiria o seu território. Em julho de 1990, a então embaixadora dos EUA no Iraque, April Glaspie (1942-), esteve em reunião com Saddam Hussein e o ex-ministro das Relações Exteriores iraquiano, Tariq Aziz (1936-2015). Cabe ressaltar que Glaspie foi convidada por Bagdá e não teve tempo suficiente para receber instruções específicas do

governo George H. W. Bush (1924-2018). Ao longo do encontro, April Glaspie utilizou um tom conciliador, alegou que os EUA não tinham opinião sobre os conflitos entre árabes, como, por exemplo, as divergências sobre fronteiras. Ao término da reunião, a ex-embaixadora reportou para Washington que Saddam não atacaria, a não ser que o Kuwait continuasse resistente a negociar. Também acreditava que o ataque, caso viesse a ocorrer, seria limitado a uma pequena parcela do território ou incluiria algumas Ilhas do Kuwait (MILLER; MYLROIE, 1991).

Essa informação de certa neutralidade passada pela embaixadora ao ex-líder iraquiano, aliado ao fato da venda de armas estadunidenses ao Iraque, durante a guerra contra o Irã, podem ter levado a uma interpretação errônea por parte do Saddam Hussein em acreditar ser baixa a probabilidade de interferência externa em suas ações no Kuwait (WAACK, 2011).

Corroborava com o pensamento do ex-presidente iraquiano de não intervenção externa a falta de incentivo dos EUA em atuar na região do Golfo, uma vez que a ameaça ou a influência da ex-URSS, no ambiente internacional, estavam reduzidas com o término da Guerra Fria em 1989 (GEORGE; SIMONS, 1994).

Em 31 de julho de 1990, os representantes dos Estados iraquiano e kuwaitiano se reuniram na tentativa de chegar a um acordo sem o uso da força bruta. Nesse ponto, cem mil soldados iraquianos já estavam prontos para executar a ordem de invadir e ocupar o Kuwait. Durante a reunião, realizada na Arábia Saudita, o Iraque apresentou as suas exigências e estabeleceu o prazo de um dia para o Kuwait apresentar a sua resposta. O Kuwait estava inclinado a atender algumas exigências. Entre as concessões aceitas estavam a questão das cotas estabelecidas pela OPEP, na produção de petróleo, perdoar a dívida do Iraque e ainda realizar um empréstimo adicional na ordem de US\$ 9 bilhões. O maior impasse estava na questão territorial¹⁹, parte da negociação na qual o Kuwait era menos flexível (CASEY, 2007).

¹⁹ O Iraque alegou que o Kuwait aproveitou a Guerra Irã-Iraque, para avançar no território iraquiano, instalando empresas petrolíferas, fazendas e postos policiais. Outro reclame territorial era a posse das Ilhas kuwaitianas *Warba e Bubiyan*. As ilhas garantiriam ao Iraque melhor saída para o mar (FREEDMAN; KARSH, 1993).

Em razão do impasse, as negociações foram interrompidas, em primeiro de agosto e remarcada a outra rodada que ocorreria, em alguns dias, em Bagdá. Entretanto, na madrugada do dia 2 de agosto de 1990, as forças militares do Iraque varreram a fronteira e, em poucas horas, tinham ocupado o Kuwait. O então monarca do Kuwait Jaber Al-Ahmad Al-Sabah (1926-2006) e sua família conseguiram escapar para a Arábia Saudita (MILLER; MYLROIE, 1991).

Os iraquianos atacaram em três estágios. Os primeiros a cruzarem a fronteira foram os integrantes da Guarda Republicana, composta pela força de elite e veteranos da Guerra Irã-Iraque. Posteriormente, veio o Exército do Povo que era formado, em sua maioria, por camponeses indisciplinados. Por fim, o exército regular e a temida *Mukhabarat*²⁰. O exército kuwaitiano, por sua vez, estava disperso e rendeu-se rapidamente. O único foco de resistência foi da Força Aérea do Kuwait que travou uma curta defesa (MILLER; MYLROIE, 1991).

Durante a ocupação iraquiana, ocorreram diversas acusações de saques, estupros, execuções e torturas por parte dos iraquianos contra nacionais²¹ kuwaitianos. As violações cometidas geraram uma fuga da população kuwaitiana que buscara abrigo no exterior, em especial, na Arábia Saudita, que recebeu mais de duzentos mil refugiados. Em meio aos abusos cometidos, o Iraque estava planejando povoar o Estado ocupado com nacionais iraquianos como forma de consumir o Kuwait como uma província (MILLER; MYLROIE, 1991).

Desse modo, constatamos que o Kuwait cometeu um grande erro, ao não perceber a determinação do Iraque, em conseguir os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento, após oito anos de guerra, bem como uma saída segura para o Golfo Pérsico. Os kuwaitianos não perceberam que a saída para o mar era uma questão de *Lebensraum*²² para os iraquianos (MILLER; MYLROIE, 1991).

²⁰ *Mukhabarat* era o serviço de inteligência iraquiano, funcionava ainda como uma polícia secreta do Iraque responsável por supervisionar as prisões e acusada de cometer tortura (MILLER; MYLROIE, 1991).

²¹ Para esta pesquisa, a definição de nacional será do ponto de vista jurídico-política. Nacionalidade é o vínculo que une cada indivíduo com um Estado determinado. A nacionalidade se refere ao fato de que alguém faz parte da comunidade nacional e esteja integrado nela, contrapondo-se à de estrangeiro (DIAS, 2013).

²² Teoria do alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), *Lebensraum* significa o Espaço Vital, é o território necessário para à autorrealização de um povo (TOSTA, 1984).

Podemos observar, então, que os Estados envolvidos, na mediação das negociações com o Iraque, citamos alguns como exemplo: EUA, Egito e Arábia Saudita que não foram incisivos o suficiente em deixar claro que o Iraque não deveria ultrapassar a linha imaginária da dissuasão ou sofreria as consequências.

No caso em questão, faltou um aviso explícito contra um ato de agressão ao Kuwait e demonstrações de força que pudessem convencer o ex-líder iraquiano a não avançar. Com isso, observamos uma falha na dissuasão do Kuwait em impedir o avanço das tropas iraquianas (FREEDMAN; KARSH, 1993). Por outro lado, o Iraque passou uma mensagem clara ao Kuwait, a fim de que suas reivindicações, principalmente no campo financeiro, fossem atendidas, ao negociar o perdão da dívida gerada pelos empréstimos, durante a Guerra Irã-Iraque. Utilizou a movimentação de tropas à fronteira na intenção de ganhar poder de barganha e aplicar a coerção. Saddam Hussein pode ter interpretado que não existiria retaliação externa, na disputa entre o Iraque e o Kuwait, porém o seu julgamento estava errado.

3.3 A resposta internacional

A resposta internacional veio no mesmo dia da agressão e o CSNU emitiu a resolução 660 (1990) que condenava a invasão, considerando uma violação da paz e da segurança internacional. Além de condenar a invasão do Kuwait pelo Iraque, exigiu a retirada iraquiana com as suas forças de maneira imediata e exortou as negociações das divergências entre os dois Estados.

Logo após a ocupação iraquiana, surgiu uma preocupação internacional, em especial, dos EUA, no risco financeiro que representava a posse de 20% das reservas provadas de petróleo do mundo nas mãos do ex-líder iraquiano. Além disso, o receio de o Iraque estender a sua invasão para a Arábia Saudita, o que poderia piorar ainda mais a questão do petróleo e dificultar ações militares necessárias para solucionar a crise (FREEDMAN; KARSH, 1993).

Dessa forma, era importante realizar medidas concretas, não ficar apenas em palavras, exercer a máxima pressão possível sobre o governo iraquiano. As primeiras ações da ONU estavam pautadas em impedir o Iraque acesso aos seus ativos financeiros ou aos ativos do Kuwait. Outra ação imediata era realizar um embargo às exportações de petróleo. No entanto uma decisão de proibir o comércio exterior afetou não só o Estado visado, como também os seus parceiros comerciais. A título de exemplo, o Brasil tinha, nos dois Estados, a metade das suas necessidades de importação de petróleo. O Japão recebia do Iraque 12% da sua demanda externa de hidrocarbonetos. Em que pese as sanções econômicas não agradarem a alguns atores do Sistema Internacional, pouco poderia ser feito diante da decisão da ONU em isolar economicamente o Iraque (FREEDMAN; KARSH, 1993).

A ONU prosseguiu com as ações de coerção ao Iraque. Em 6 de agosto de 1990, o CSNU emitiu a Resolução 661 apelando a todos os Estados a interromperem o comércio de todas as mercadorias com o Iraque e o Kuwait. A exceção eram os remédios, alimentos e demais itens de caráter humanitário. Cabe mencionar que a votação contou com a abstenção de Cuba e do Iêmen. Ainda em agosto, resolveu proibir o comércio pela resolução 665 e, no mês seguinte, restringiu os tipos de suprimentos humanitários publicando a resolução 666. O alvo principal das sanções era o petróleo, se fosse negado ao Iraque os lucros dessa *commodity*, Saddam Hussein poderia ser persuadido a recuar diante do estrangulamento de sua economia (CASEY, 2007).

Para as resoluções terem efeito, o cumprimento internacional era vital, mas a sua aplicação não era simples. Isso significou que a Turquia e a Arábia Saudita tinham que fechar os oleodutos que transportavam o petróleo iraquiano em seus territórios. Todavia a Arábia Saudita, diferente da Turquia, não confiava em suas próprias forças militares para garantir a sua segurança frente ao Iraque. Para resolver essa questão a Arábia Saudita solicitou proteção aos EUA, que, por sua vez, utilizou o artigo 51 da Carta da ONU. A saída jurídica versa sobre o

direito de autodefesa e, com a solicitação saudita, estava resolvida a questão do emprego militar estadunidense na região (FREEDMAN; KARSH, 1993).

Ao longo das negociações, as ações iraquianas não ficavam sem respostas. Ao anexar o Kuwait, em 8 de agosto de 1990 e, em seguida, declarar que a sua independência anterior era apenas um legado do colonialismo britânico, foi rapidamente respondida pela ONU. A resolução 662 (1990) do CSNU declarou nula a anexação. Outra pronta resposta veio, em 18 de agosto e, posteriormente, em 16 de setembro do mesmo ano, nas resoluções 664 e 667 do CSNU. As decisões repudiavam o anúncio feito por Saddam Hussein de fechar as suas fronteiras e proibir a saída de estrangeiros, presentes no Iraque e Kuwait, assim como exigia a libertação imediata dos estrangeiros que estavam sendo usados de escudo humano e moeda de troca pelo ex-líder iraquiano (LAGARDE, 2015).

Em oposição à postura conciliadora estadunidense, antes de a invasão ocorrer, após consumada a agressão, os EUA deixaram claras quais eram as suas intenções. O presidente George Bush não tardou em definir seus objetivos para a crise, foram eles: a retirada incondicional do Iraque do território kuwaitiano; a restauração do governo legítimo do Kuwait; estabelecer a segurança e a estabilidade no Golfo Pérsico; e a proteção dos interesses dos EUA no exterior (GEORGE; SIMONS, 1994).

Do mesmo modo que os EUA traçaram objetivos para a crise, o Iraque respondeu à insistência da ONU na sua retirada do Kuwait. Em 12 de agosto de 1990, Saddam Hussein propôs os seus termos em três partes. A primeira condicionou a sua saída à retirada total de Israel dos territórios árabes ocupados na Palestina; retirada da Síria do Líbano; e a retirada mútua de tropas do Iraque e Irã ao longo das fronteiras entre os dois Estados. A segunda exigência era substituir as forças militares dos EUA, alojadas na Arábia Saudita por militares árabes, sem autoridade da ONU; e a terceira condicionante era o fim de todo o embargo contra o Iraque após a sua saída do Kuwait (GEORGE; SIMONS, 1994).

As reivindicações do ex-líder iraquiano nos parecem uma tentativa de conseguir o apoio popular da massa árabe e, dessa forma, pressionar os líderes dos Estados árabes a buscarem uma solução interna para a crise. A popularidade de Saddam Hussein crescia. Marrocos criticou o ataque iraquiano, mas, por pressões internas, optou por apoiar uma solução árabe. Alguns Estados enfrentaram sentimentos nacionalistas islâmicos, por exemplo, a Argélia que condenou a presença de forças estrangeiras, na Arábia Saudita, como uma agressão à soberania islâmica. O Irã seguiu um caminho semelhante e considerou a presença estadunidense na região um abuso de poder (GEORGE; SIMONS, 1994). Por outro lado, o Egito e a Síria concordaram em apoiar os EUA na defesa da Arábia Saudita (MILLER; MYLROIE, 1991).

Alguns Estados tentaram mediar a crise e levaram sugestões de acordo para a Assembleia Geral da ONU. A Jordânia, o Marrocos e a Argélia levaram uma proposta baseada em sete pontos. Um dos pontos do acordo citava que o Kuwait teria que ceder as Ilhas *Bubiyan* e *Warba* ao Iraque (GEORGE; SIMONS, 1994).

A França também apresentou uma proposta de solução, sendo que a principal diferença da proposta francesa para as outras era a saída iraquiana do Kuwait ocupado de forma gradual e coordenada pela ONU. As outras propostas de solução exigiam a saída imediata do Kuwait. O ex-presidente francês François Mitterrand (1916-1996) defendia que todos os esforços deveriam ser feitos para conseguir uma solução pacífica. Uma questão interessante na proposta francesa era retomar as negociações de paz entre Israel e Palestina (LAGARDE, 2015).

Em que pese todas as tentativas de medição, não havia um consenso entre as propostas apresentadas. Além disso, as exigências realizadas pelo Iraque afetavam diretamente o interesse de outros Estados, como Israel e a Síria, tornando pouco provável a sua aceitação. As divergências das soluções para a crise se alongavam no tempo, e o Iraque não dava sinais de que retrocederia.

O mês de outubro de 1990 foi importante para o ex-presidente Bush. Ele precisava decidir o que seria feito, após o mês de dezembro do mesmo ano, pela necessidade de revezar os militares que estavam na região do Golfo Pérsico. Diversos fatores foram considerados, entre eles, as consequências econômicas da crise e a possível divisão da coalizão ao vincular a disputa Iraque-Kuwait com a questão árabe-israelense. Outro fator de preocupação era a instabilidade entre Israel e Palestina. Ainda em outubro, uma contenda, envolvendo israelenses e palestinos, na mesquita de *Al-Aqsa*, localizada na cidade de Jerusalém, resultou na morte de dezenas de palestinos e deixou centenas de feridos. O CSNU emitiu a resolução 672 (1990) condenando a violência das forças de segurança israelense (GEORGE; SIMONS, 1994).

Saddam Hussein explorou amplamente o ocorrido na mesquita, na tentativa de retirar o apoio dos árabes à coalizão que aplicava sanções ao Iraque, mas a sua tentativa não alcançou sucesso. Com o passar do tempo, eventos semelhantes nas disputas árabes-israelense poderiam voltar a ocorrer e colocar em risco a participação árabe na coalizão. Uma solução prolongada para a crise do Golfo era arriscada e pressionou os EUA a convencer a ONU em estabelecer uma data limite para as negociações sem o uso da força bruta (GEORGE; SIMONS, 1994).

A transição para a coerção militar estava em processo. Após o evento em *Al-Aqsa*, Israel temia o crescente interesse internacional em correlacionar as duas crises Iraque-Kuwait e árabes-israelenses. A correlação levaria um aumento na pressão por concessões israelenses às demandas árabes. Salienta-se, ainda, que uma possível saída do Iraque da crise sem perdas militares deixaria Saddam Hussein ainda mais poderoso e, por consequência, levaria a uma guerra Israel-Iraque. Essa possibilidade poderia abalar as relações entre os EUA e os Estados árabes, como a Arábia Saudita e o Egito. Parte do governo estadunidense via a solução diplomática como menos decisiva que uma guerra preventiva (GEORGE; SIMONS, 1994).

No decorrer da crise, a possibilidade de invasão iraquiana, na Arábia Saudita, era

provável pelos desdobramentos de tropas iraquianas nas fronteiras entre os dois Estados. Cabe ressaltar que a invasão daria acesso ao Iraque a reservas de petróleo, água potável para abastecer as suas forças, instalações portuárias e industriais. Na conquista desses objetivos, Saddam Hussein ficaria em melhor posição para negociar durante a crise. Preocupado com as diversas vantagens, que poderiam ser alcançadas pelos iraquianos, George Bush decidiu iniciar a Operação *Desert Shield* (BRASIL, 1998).

A decisão oficial veio após a solicitação de proteção realizada pela Arábia Saudita. Os principais aspectos estratégicos da operação eram: deter o futuro avanço do Iraque, proteger a Arábia Saudita, garantir a aplicação das resoluções da ONU e, se necessário, expulsar as forças iraquianas do Kuwait (BRASIL, 1998).

Tendo em vista os fatos observados, percebemos que a agressão iraquiana não ficou sem respostas. O embargo econômico, declarado pela ONU, tinha a expectativa de dobrar Saddam Hussein diante das restrições impostas. Além das diversas resoluções da ONU, os EUA se posicionaram a fim de exigir a saída incondicional das tropas iraquianas do Kuwait, bem como o restabelecimento do governo legítimo. Os EUA não deixaram dúvidas em relação ao lado que estavam apoiando na crise. Outrossim, iniciaram a preparação militar para a guerra em caso de falha na manobra de crise conduzida pelo nível político.

3.4 A transição para a guerra

A dissuasão, para ser crível, necessita de força militar convincente, sendo assim, o número de unidades militares, na zona em disputa, proporciona maior poder de barganha e deve estar pronto para uma defesa eficaz em caso de falha nas negociações. Dessa forma, a coalizão iniciou a mobilização e o desdobramento de tropas para a Arábia Saudita. Forças especiais egípcias e sírias foram as primeiras a chegar. A Operação de defesa da Arábia Saudita, chamada de *Desert Shield*, teve início em 7 de agosto de 1990. Entretanto, antes mesmo de iniciá-la, os

EUA já contavam com forças militares na área. Por exemplo, a existência de seis navios-patrolha no Golfo Pérsico, pertencentes a uma Força-Tarefa²³ permanente no Oriente Médio (BRASIL, 1998).

A reação estadunidense ao Iraque foi imediata. Em 2 agosto de 1990, outras duas Forças-Tarefas nucleadas em navio-aeródromo²⁴ (NAe), com mais de cem aeronaves de ataque e mais de dez navios de guerra, foram enviadas para o mar Vermelho e mar da Arábia. As forças navais permitiram dar início ao cumprimento do embargo decretado pela ONU ao Iraque e o principal instrumento utilizado para aplicar essas sanções econômicas foi a Operação de Interdição Marítima (OIM)²⁵ (BRASIL, 1998).

Os principais objetivos da OIM eram o emprego efetivo de todos os meios navais disponíveis e realizá-los dentro dos princípios legais com o mínimo de interferência com o comércio marítimo legal e legítimo. Existia um cuidado especial, principalmente na fase inicial da OIM, em não empregar de forma desnecessária a força, para evitar uma pronta resposta do Iraque, uma vez que a coalizão ainda estava desdobrando os seus meios militares para a região (BRASIL, 1998).

Ao longo da crise, a OIM (FIG. 4, ANEXO C) contou com 22 Estados, por exemplo, EUA, Reino Unido e França. Interceptou 7.500 navios mercantes, em sua maioria no mar Vermelho. Abordaram 964 navios, entre eles 51 foram identificados transportando mais de um milhão de toneladas de cargas que violavam as resoluções do CSNU (BRASIL, 1998). Todo esse esforço visava minar a economia iraquiana e fazer o Iraque abandonar o Kuwait.

²³ Força-Tarefa é uma força organizada por tarefas com comando próprio, constituída de unidades navais e aéreas embarcadas, para o cumprimento de missão específica (BRASIL, 2015).

²⁴ NAe é um navio capaz de operar, reabastecer, alojar e reparar aeronaves com rapidez e eficiência. Possui grande importância devido ao alcance de seu armamento ofensivo, aviões e helicópteros, sendo o corpo principal de uma força naval (BRASIL, 2015).

²⁵ OIM é uma operação que se refere ao conjunto de esforços para monitorar, interrogar, interceptar e, se necessário, abordar o tráfego marítimo em uma área definida, para verificar, redirecionar, apreender suas cargas ou apresar embarcações, na aplicação de sanções contra outros Estados, como aquelas em apoio às resoluções do CSNU e para prevenir o transporte de itens restritos (BRASIL, 2017).

Embora as sanções impostas ao Iraque e a capacidade de dissuasão da coalizão tenham evitado um ataque à Arábia Saudita, Saddam Hussein continuava a dominar o Kuwait. Dessa forma, a transição para uma ofensiva militar estava cada vez mais próxima.

Em 29 de novembro de 1990, a resolução 678 da ONU determinou ao Iraque a cumprir todas as resoluções anteriores para a solucionar a crise até 15 de janeiro de 1991. Além disso, autorizou aos Estados membros a utilizarem todos os meios necessários para cumprir a resolução. Inicialmente, a ex-URSS era contra a ofensiva e tentou negociar com o Iraque a libertação dos russos que estavam sendo impedidos de sair do Estado iraquiano. Diante da lentidão enfrentada nessas negociações, o então presidente da ex-URSS, Mikhail S. Gorbachev (1931-), decidiu apoiar a resolução 678, acreditando que o Iraque iria despertar para o grande problema que enfrentaria. Posteriormente, já em dezembro de 1990, o Iraque liberou todos os estrangeiros que estavam sendo usados para impedir um possível ataque dos aliados (GEORGE; SIMONS, 1994).

A decisão iraquiana, em permitir a saída de todos os estrangeiros, que eram mantidos no Iraque e Kuwait, como uma espécie de garantia que as forças da coalizão não o atacariam, deixa a dúvida se foi uma manobra para ganhar tempo nas negociações ou se Saddam Hussein estava convencido que deveria ceder às pressões externas. Entretanto o ex-presidente iraquiano conduziu a crise do Golfo, de agosto de 1990 até janeiro de 1991, com base em três suposições. A primeira delas foi considerar que os EUA ou qualquer outro Estado não travariam uma guerra em defesa do Kuwait. A segunda suposição foi acreditar que os Estados árabes, como a Arábia Saudita, não se alinhariam aos EUA, sem sofrerem retaliações internas, em especial, se o Iraque atacasse Israel e evocasse uma causa árabe. Por último, os EUA não aguentariam as pressões internas ocasionados por inúmeras baixas, caso a escolha fosse lutar uma guerra contra o Iraque. Em sua análise, Saddam acreditava ser capaz de impor um número de mortes expressivas que levariam os EUA a negociar (GEORGE; SIMONS, 1994).

Saddam Hussein não recuou, mesmo diante da declaração de George Bush, realizada no início de novembro, que os EUA desenvolveriam uma ação ofensiva militar para expulsar o Iraque do Kuwait. Em que pese ter realizado a declaração, Bush ainda precisava convencer o Congresso dos EUA. Para os parlamentares estadunidenses, as sanções estavam funcionando, a economia e o poder militar iraquiano iriam enfraquecer com o tempo e a escalada para a guerra era prematura. Na intenção de evitar o risco de transparecer que não havia apoio interno suficiente para usar a força bruta, George Bush pressionou por soluções até o dia 3 de janeiro de 1991. Diante do fracasso nas tratativas diplomáticas entre EUA e Iraque, George Bush conseguiu, em 12 de janeiro de 1991, a autorização para atacar o Iraque (GEORGE; SIMONS, 1994).

Após o congresso dos EUA autorizar a utilização da força militar contra Saddam Hussein, a Síria fez um último apelo ao Iraque e prometeu que o processo de retirada das tropas iraquianas do Kuwait evitaria a guerra. Além disso, o ex-líder sírio Hafez Al-Assad (1930-2000) assegurou a Saddam que a Síria lutaria a favor do Iraque, caso os EUA e Israel tentassem prosseguir com a guerra, mesmo após a obediência iraquiana (GEORGE; SIMONS, 1994).

Saddam Hussein refutou todas as tentativas de solução da crise que não estavam alinhadas com os seus termos. Sendo assim, em 17 de janeiro de 1991, a coalizão realizou os primeiros ataques contra as forças militares iraquianas e iniciou a primeira Guerra do Golfo. Com uma grande campanha de lançamento de mísseis e de bombardeios aéreos contra as tropas iraquianas, as forças da coalizão forçaram o Iraque a reconhecer a superioridade aliada e, em 3 de março de 1991, assinar um cessar fogo entre as partes (WAACK, 2011).

Mediante o exposto, é possível inferir que Saddam Hussein considerou que os ganhos políticos, em seguir com a crise, mesmo diante de uma derrota militar, seria maior se comparado com a perda de prestígio que ele teria, perante ao mundo árabe, ao ceder às ameaças estadunidenses, aceitando a saída incondicional do Kuwait, sem ter nenhuma das suas propostas

para a solução da crise atendidas (GEORGE; SIMONS, 1994).

Vimos, ao longo da narrativa histórica exposta, que Saddam Hussein apresentou alguns argumentos para justificar a invasão ao Kuwait. De maneira explícita, alegou questões históricas e econômicas para violar as fronteiras do Estado vizinho. Outro ponto observado, esse de forma implícita, foi o seu desejo em liderar os Estados árabes.

As ações no campo diplomático não foram capazes de convencer o Iraque a não invadir e ocupar o Kuwait. Faltou o aviso claro de que a agressão cobraria um alto valor ao ex-presidente iraquiano. Essa falta de convicção da interferência externa fez o Iraque buscar as suas aspirações de recuperação econômica após os oito anos de guerra contra o Irã. Ao possuir as riquezas do Estado ocupado, somado as suas forças militares, o Iraque poderia assumir o posto de Estado árabe mais poderoso.

A rápida resposta da comunidade internacional demonstrou que a sua interpretação não foi assertiva. Diversos Estados membros da ONU, em especial, os EUA, mobilizaram forças militares para a região da crise, com dois objetivos claros. O primeiro deles era impedir o Iraque de expandir as suas conquistas. O segundo era restabelecer a soberania do Kuwait e, para isso, era necessário expulsar o Poder Militar iraquiano.

Por fim, a escalada militar, na região do Golfo Pérsico, buscou aumentar o poder de barganha da coalizão perante o invasor. Além disso, a mensagem clara de que a intervenção militar iria ocorrer, em caso de não obediência do Iraque, veio por meio da publicação da resolução 678 do CSNU. Porém, mesmo diante da demonstração de força dos Estados membros, o ex-líder iraquiano preferiu arriscar as suas teorias em uma guerra.

Propusemo-nos a descrever, neste capítulo, a análise dos acontecimentos mais relevantes da crise do Golfo, que permitisse entender as suas causas e como se desenvolveu. No próximo capítulo, vamos examinar, se a narrativa histórica apresentada tem aderência com a teoria da coerção e suas vertentes descritas no segundo capítulo.

4 A MANOBRA DE CRISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COERÇÃO

Como vimos no segundo capítulo, a teoria da coerção de Thomas Schelling (1966) divide-se em duas componentes, a dissuasão e a compulsão. Esses elementos da coerção apresentam singularidades em alguns aspectos como tempo, movimento e propósito. No terceiro capítulo, observamos os principais fatos históricos da crise do Golfo, as suas causas e a evolução da crise para a guerra.

Neste capítulo, realizaremos a confrontação entre eles, de forma a identificar os principais pontos de aderência entre a teoria da coerção e a realidade da crise pesquisada. Para tal, dividiremos o capítulo em quatro seções, organizadas da seguinte maneira: na primeira analisaremos a falha da dissuasão; na segunda apontaremos o emprego do Poder Naval e o sucesso da dissuasão; já na terceira vamos verificar a existência da compulsão e, por fim, na quarta seção, iremos comparar as características da diplomacia da violência com o objeto histórico selecionado.

4.1 A falha da dissuasão durante a crise do Golfo

Ao identificar a ameaça do uso da força militar, ao longo das negociações diplomáticas, realizadas durante a crise do Golfo, percebemos um ponto de aderência com a teoria da coerção. Inicialmente, a postura como o Iraque conduziu as reivindicações territoriais e econômicas contra o Kuwait, deslocando parte do seu Poder Militar para a fronteira entre os dois Estados, representou uma manobra coercitiva para alcançar os seus objetivos políticos. Da mesma forma, a coalizão liderada pelos EUA também utilizou o Poder Militar, usando a diplomacia coercitiva, ao tentar fazer o Iraque deixar o Kuwait.

Após perceber as características da coerção, ao longo da crise do Golfo, observamos as duas componentes descritas no segundo capítulo. Primeiro, a dissuasão foi identificada na

tentativa do Kuwait, com o apoio dos EUA, em convencer o Iraque a não avançar em direção ao seu território, em síntese, manter o *status quo*. Posteriormente, as forças da coalizão, também na modalidade dissuasão, na tentativa de influenciar o Estado iraquiano a não cruzar as fronteiras da Arábia Saudita. Por fim, a compulsão foi empregada para intimidar Saddam Hussein a deixar o Kuwait. Nesse tocante, vale lembrar que a dissuasão apresenta um caráter defensivo, estático e visa impedir que o adversário realize um movimento que não é desejado. Ademais, não há uma limitação de tempo definido à ameaça do uso da força, ela ocorrerá caso o oponente ultrapasse a barreira imposta.

Portanto, conforme visto ao longo da presente pesquisa, a insegurança de Saddam Hussein, após a Guerra Irã-Iraque, tinha diversas motivações. Em 1990, a mais emergente era a econômica. O Iraque estava sem crédito, o preço do barril de petróleo estava caindo e o fato de não conseguir mostrar, internamente, benefícios, após oito anos de guerra, agravava a situação. Os seus vizinhos árabes falharam em não reconhecer a situação de tensão do ex-líder iraquiano. Além disso, poderiam ter sido mais diplomáticos em respeitar as cotas de produção de petróleo estabelecidas pela OPEP. O Kuwait, em especial, poderia ter pressionado menos sobre as questões dos empréstimos realizados ao Iraque durante a Guerra contra o Irã. Em que pese não existir garantias que a agressão seria evitada, a pressão econômica no Iraque pode ter antecipado a invasão (FREEDMAN; KARSH, 1993).

Ao longo das reclamações realizadas pelos iraquianos, entre elas a reparação da perda econômica gerada pelo desvio de petróleo do campo de *Rumaila* por parte do Kuwait, o impasse se aprofundava e Saddam Hussein posicionava suas forças militares em posição de ameaça contra o Kuwait. Em resposta à ação coercitiva iraquiana, os EUA enviaram navios de guerra para a região do Golfo Pérsico e realizaram um exercício militar com a Marinha dos EUA. Essa ação estadunidense, ao empregar uma parcela do seu Poder Naval, durante as negociações, representa uma tentativa dos EUA em apoiar o Kuwait a dissuadir o Iraque a não

realizar a invasão.

Em continuação ao movimento militar, o governo Bush advertiu com palavras Saddam Hussein, ao afirmar que não existia espaço para a intimidação no mundo civilizado. Por outro lado, a declaração da então porta-voz dos EUA, Margareth D. Tutwiler (1950-), em pronunciar que não existia um tratado de defesa com o Kuwait, pode ter gerado dúvidas no Iraque sobre as reais intenções dos EUA em relação à crise (MILLER; MYLROIE, 1991).

Outrossim, mais um exemplo de inconsistência, na aplicação da dissuasão, ocorreu na reunião entre a ex-embaixadora estadunidense April Glaspie e Saddam Hussein. Como vimos no capítulo anterior, Glaspie teve a oportunidade de transmitir ao ex-líder iraquiano as intenções dos EUA, em caso de invasão ao Kuwait, porém ela não tinha instruções específicas de Washington para a crise. Dessa forma, a mensagem não foi transmitida de maneira clara ao oponente.

Os EUA, os Estados árabes ou qualquer outro Estado que fosse contra a invasão iraquiana deveriam ter utilizado o Poder Militar, acompanhado de afirmações fortes, para intimidar o Iraque a não avançar sobre as fronteiras do Kuwait sob pena de retaliações.

Portanto atribuímos a falta de ameaça contundente como o primeiro motivo para a falha da dissuasão (FREEDMAN; KARSH, 1993). Essa falta de convicção dissuasória dos EUA foi descrita pelo jornalista Don Oberdorfer (1931-2015), em um dos seus artigos publicados no jornal diário estadunidense, *The Washington Post*, em março de 1991, com o título “Sinais perdidos no Oriente Médio²⁶”. Na matéria publicada, ele relata que, durante as entrevistas realizadas com altos funcionários do governo estadunidense, ficou claro que uma das razões apresentadas, para os EUA não utilizar sua força militar na dissuasão contra o Iraque, de maneira mais forte, foi o receio de não ter o apoio popular interno para intervir militarmente em uma disputa, por uma pequena faixa de território, entre Iraque e Kuwait. O

²⁶ No Original: “*Missed Signals in the Middle East*”.

receio de agir estava sustentado na ideia de que o Iraque poderia até cruzar a fronteira do Kuwait, mas não avançaria além da Ilha de *Bubiyan* e dos campos petrolíferos em disputa entre os dois Estados. Essa pequena contenda não seria motivo suficiente para formar, internamente, uma opinião pública favorável a intervenção, além de ser pouca motivação para o suporte dos Estados árabes na intervenção.

A segunda falha observada, na condução da coerção na sua modalidade dissuasão, foi o fato de o Kuwait optar por não posicionar suas tropas nas fronteiras ameaçadas pelo Iraque. Em vez de utilizar o Poder Militar, para demonstrar ao Iraque que avançar teria um alto custo, o Kuwait preferiu não posicionar as suas defesas²⁷, enfraquecendo a credibilidade de retaliação em caso de avanço das tropas de Saddam Hussein.

O terceiro motivo identificado foi a visão equivocada estadunidense e, principalmente, do Kuwait ao não acreditarem que a ameaça de invasão iraquiana era crível. Saddam deu diversos sinais de que avançaria, estava pressionado internamente pela fragilidade econômica, declarou, em reunião de cúpula da Liga dos Estados Árabe, que o Kuwait conspirava com os EUA e Israel para derrubar o seu governo, movimentou tropas e as manteve na fronteira aplicando a coerção (MILLER; MYLROIE, 1991).

Diante do exposto, outro problema identificado, que corroborou com o fracasso na dissuasão, foi a dependência do pequeno e rico Estado árabe de apoio exterior para dissuadir o Iraque. Dessa forma, a direção a ser seguida por um Estado que tenha a intensão de preservar a sua soberania e manter os seus interesses é fortalecer as expressões do Poder Nacional, em especial a militar, para não depender de apoio externo. Ademais, se posicionar no Sistema Internacional, como um Estado capaz de realizar a sua autodefesa e, assim, dissuadir possíveis adversários.

²⁷ Durante a semana que antecedeu a invasão iraquiana, o Kuwait recebeu garantias dos EUA e dos sauditas de que a invasão não ocorreria, desde que o Kuwait não a provocasse e, por esse motivo, foi orientado a não posicionar as suas tropas em posições defensivas (CASEY, 2007).

4.2 O emprego do Poder Naval na crise do Golfo e o caso de sucesso da dissuasão

Na intenção de facilitar o entendimento do emprego do Poder Naval, na manobra de crise ocorrida no Golfo, vamos separar o seu emprego em três circunstâncias distintas. A primeira, já observada em maior detalhe na seção anterior, em que o Poder Naval foi utilizado com a intenção de dissuadir o Iraque a não invadir o Kuwait. Já na segunda ocasião, houve uma aplicação convincente em impedir o avanço do Iraque sobre a Arábia Saudita e, na terceira situação, o seu emprego foi na ofensiva da coalizão em convencer o Iraque a deixar o Kuwait.

É valioso ressaltar que as duas últimas aplicações do Poder Naval ocorreram de maneira simultânea, porém com propósitos distintos. Ao conter o avanço das tropas iraquianas, além do Kuwait, apresentou um caráter passivo. Já na ameaça de ataque ao Iraque a postura foi ativa. Analisando o primeiro caso, em julho de 1990, os EUA enviaram alguns navios de guerra para as proximidades do Golfo Pérsico e, junto com a Marinha dos EAU, realizaram exercícios militares para alertar Saddam Hussein que invadir o Kuwait teria consequências. Em contraste com essa ação, as declarações de alguns funcionários do governo, por exemplo, as afirmações de Glaspie e Tutwiler, foram de certa forma um tom conciliador, deixando aberto se as intenções estadunidenses eram punir ou não o Iraque em caso de ataque ao Estado vizinho. Em vista disso, o Poder Naval empregado, nesse primeiro estágio, não foi suficiente para evitar o movimento iraquiano.

Logo após a falha da dissuasão observada na queda do Kuwait perante o Iraque, os EUA estavam preocupados em impedir a invasão da Arábia Saudita e iniciaram a Operação *Desert Shield*. Como vimos no capítulo anterior, um dos objetivos dessa missão era dissuadir o Iraque a não avançar sobre o território saudita. Para tal, precisava de um Poder Militar convincente para influenciar na decisão de Saddam Hussein. Contudo, em agosto de 1990, as forças militares dos EUA e da coalizão presentes na região do Golfo Pérsico ainda não eram suficientes para impedir o avanço das tropas iraquianas.

Na tentativa de evitar o movimento iraquiano, enquanto deslocava e posicionava as suas forças militares na Arábia Saudita e na região do Golfo Pérsico, os EUA lançaram folhetos²⁸ sobre as tropas de Saddam Hussein, intimando a não confrontarem as forças estadunidenses que já estavam nas proximidades da Arábia Saudita (BRASIL, 1998).

O governo Bush não ficou apenas no uso das palavras para intimidar o seu oponente, mas também realizou demonstrações de que usaria a força para validar a sua ameaça e não repetir o erro visto no primeiro estágio. Logo após a invasão do Kuwait, as ações desempenhadas pelos EUA foram posicionar Forças-Tarefa nucleadas em NAe no mar Vermelho e outra no mar da Arábia, com mais de dez navios de guerra e cem aeronaves de ataque. Além disso, colocou em alerta seis Navios-Patrolha que já estavam operando nas proximidades do Golfo Pérsico.

O Poder Militar da coalizão na região cresceu rapidamente. Além dos meios do Poder Naval, contou com mil aeronaves de combate oriundos do Poder Militar Aeroespacial²⁹ e a forte presença do Poder Militar Terrestre³⁰. A resposta rápida dada ao Iraque favoreceu a coalizão em dissuadir o ex-líder iraquiano. Em outubro de 1990, praticamente dois meses após a invasão do Kuwait, a coalizão já tinha um Poder Militar suficiente, para realizar a defesa, em caso de ataque iraquiano na Arábia Saudita (BRASIL, 1998).

Além disso, o Poder Naval, em especial, dos EUA, conseguiu aplicar as sanções impostas pela ONU e impediu o comércio marítimo do Iraque, asfixiando, aos poucos, a economia iraquiana por intermédio da OIM. Como abordado anteriormente, os meios navais da coalizão interceptaram mais de 7.500 navios mercantes e impediram que chegassem às mãos

²⁸ Durante o desdobramento inicial das forças militares dos EUA, existia um dilema de como convencer o Iraque a não avançar para a Arábia Saudita sem ter, ainda, os meios necessários para impedi-lo. A solução encontrada foi utilizar a propaganda com panfletos lançados sobre as tropas iraquianas, tentando persuadi-los a não confrontarem as forças estadunidenses na região (BRASIL, 1998).

²⁹ O Poder Militar Aeroespacial compreende a Força Aérea, suas bases e suas estruturas de comando e controle, logística e administrativa (BRASIL, 2015).

³⁰ O Poder Militar Terrestre compreende a Força Terrestre, incluídos os meios aéreos e fluviais próprios, suas estruturas de comando e controle, logística e administrativa (BRASIL, 2015).

do governo iraquiano um milhão de toneladas de cargas não autorizadas pelas resoluções da ONU.

Dessa forma, durante o segundo momento, o emprego do Poder Naval, na manobra de crise do Golfo, colaborou com o Poder Militar da coalizão em dissuadir Saddam Hussein a não atacar a Arábia Saudita. Tivemos nesse período da crise um caso de sucesso da dissuasão.

O terceiro momento de análise foi o emprego do Poder Naval, em apoio ao Poder Militar, com a finalidade de forçar o Iraque a sair do Kuwait por meio do uso limitado da força ou ameaça do uso. Nesse período da crise, a coerção deixou de apresentar as características passivas da dissuasão e passou para ações ativas, propriedade da componente compulsão. Na próxima seção, descreveremos o seu emprego na crise do Golfo.

4.3 Características da componente compulsão da coerção durante a crise do Golfo

Ao longo da crise do Golfo, identificamos a componente da coerção chamada de compulsão por Thomas Schelling (1966), na tentativa dos EUA e das forças aliadas em convencer Saddam Hussein a retirar-se do Kuwait. Todavia, diferente da dissuasão que teve casos de sucesso e fracasso, a compulsão não obteve o resultado esperado de expulsar o Iraque do Kuwait apenas por intermédio da ameaça do uso da força. O fato dessa ramificação da coerção não ter alcançado êxito em sua aplicação, durante as negociações, não significa que não tenha ocorrido. Para validar essa afirmativa, vamos recorrer aos fatos históricos descritos no terceiro capítulo.

Antes de iniciar o confronto entre teoria e realidade, vale relembrar as suas principais características. A compulsão é uma ação de caráter ofensivo e dinâmico. Tem por objetivo exigir que o oponente realize ou desfaça um movimento que seja favorável aos nossos interesses. Durante as negociações entre os envolvidos, a ameaça está limitada no tempo, funciona como a última chance de o Estado visado cumprir as exigências. Por fim, pode-se

empregar o uso da força de maneira limitada como instrumento de coerção.

O exemplo de compulsão encontrado, no objeto histórico pesquisado, ocorreu na execução da resolução 678 do CSNU, a qual tinha como objetivo fazer cumprir, integralmente, a resolução 660, assim como todas as subsequentes. Determinava a desocupação do Kuwait pelo Iraque até o dia 15 de janeiro de 1991 e autorizava o emprego de todos os meios necessários para alcançar o seu propósito.

A data estabelecida na resolução apresenta conexão com uma das características da compulsão que estabelece um prazo para o adversário cumprir as exigências. Já a característica ofensiva foi observada, na movimentação das forças da coalizão, dirigindo-se ao encontro das forças iraquianas que deveriam deixar o Estado ocupado ou sofrer as consequências. Para tal, a demonstração de poder era necessária, não só para convencer Saddam Hussein a retrain suas tropas, mas também ser capaz de aplicar a punição em caso de não obediência.

Diante disso, ao longo da crise, a Marinha dos EUA contou com 165 navios de guerra, incluindo seis Forças-Tarefa com aeronaves embarcadas. Contou também com outros Estados, como a França e o Reino Unido, que participaram com mais de 65 navios. Os meios estavam distribuídos no Golfo Pérsico, nos mares da Arábia, Vermelho e Mediterrâneo. O emprego do Poder Naval permitiu isolar o Iraque, bem como garantir a força militar necessária para expulsar o Iraque do Kuwait caso necessário (BRASIL, 1998).

Por fim, a saída das tropas iraquianas do Kuwait era a ação desejada, indicava desfazer um movimento já iniciado, alterar o *status quo*. Tendo em vista os argumentos apresentados, as similaridades entre teoria e realidade, para essa modalidade de coerção, foram: ameaça de usar a força bruta limitada no tempo, 15 de janeiro de 1991; apresentou uma postura ofensiva ao ameaçar expulsar o Iraque à força caso não aceitasse a exigência de deixar o Kuwait; a característica de ser uma ação dinâmica foi observada ao demandar que o Iraque desfizesse um movimento, ou seja, desocupasse o Kuwait.

Embora, em um primeiro momento, o emprego do Poder Naval tenha sido utilizado, para dissuadir o Iraque a não expandir as suas conquistas territoriais, ao pormenorizar a sua aplicação na OIM, encontramos características ofensivas, ao impedir a chegada de suprimentos militares ao Iraque e reduzir o seu poder econômico, ao interromper a exportação de petróleo, seu principal ativo comercial. Essas medidas tinham como objetivo enfraquecer o Iraque e, por consequência, forçar Saddam Hussein a deixar o Kuwait, ou seja, desfazer um movimento.

Além disso, o emprego limitado do uso da força corrobora com a aderência entre a teoria e a realidade. Na condução da OIM, quando algum navio mercante se recusava a ser inspecionado, disparos de advertência eram efetuados na água, normalmente próximos à posição do navio infrator. A abordagem dos navios suspeitos de carregar contrabando era efetuada com a aproximação de três ou quatro navios de guerra e helicópteros de ataque, pertencentes aos Estados da coalizão, que davam suporte para a equipe de abordagem que realizava a inspeção e assumia o controle do Navio caso necessário (BRASIL, 1998).

Ao contrário do episódio em que a dissuasão falhou pela falta de convicção em pressionar Saddam Hussein, durante a compulsão, todos os requisitos da coerção foram cumpridos com determinação. Entretanto o Iraque não cedeu perante as ameaças impostas pela coalizão, em especial, dos EUA e preferiu escalar da crise para a guerra. Em virtude das evidências mencionadas, concluímos que foi utilizada a compulsão ao longo da crise do Golfo.

4.4 O emprego da diplomacia da violência

Durante o estudo teórico, vimos que a principal diferença entre a coerção e a força bruta reside no uso do poder militar para negociar um objetivo político ou simplesmente usar a força para conquistar. Ao analisarmos o objeto histórico sintetizado em nossa pesquisa, podemos observar que o Iraque utilizou a coerção contra o Kuwait e não, apenas, a força bruta. Foram feitas diversas reivindicações pelos iraquianos, uma delas foi o perdão da dívida

contraída ao pegar empréstimos financeiros com alguns Estados árabes, inclusive, o Kuwait, durante a guerra Irã-Iraque. As reivindicações iraquianas eram acompanhadas de pressão e ameaça de invasão. Realizou a movimentação das tropas para a fronteira com o Kuwait, com o fim de intimidar e conseguir vantagens ao longo das negociações. Igualmente, os aliados utilizaram a coerção ao negociar com Saddam Hussein a sua saída do Kuwait. É verdade que a força bruta foi empregada, para expulsar as tropas iraquianas do território ocupado, mas, antes, ocorreu o emprego da expressão militar para tentar influenciar Saddam Hussein ao longo das negociações.

Com o fito em sustentar a nossa análise, utilizaremos um exemplo dado por Thomas Schelling (1996). O autor descreveu que, durante a disputa por terras ocupadas por índios, a força bruta seria matá-los para usar as suas posses. Entretanto matar apenas alguns índios para convencer os outros a aceitarem compartilhar as suas terras seria coerção. Essa diferença entre o uso da força para tomar algo e o seu uso ou ameaça de uso para coagir o outro lado a ceder, resultou na diplomacia da violência.

O autor reconheceu também que o uso da violência não era restrito ao campo de batalha, mas poderia ser estendido aos habitantes do território conquistado pelo lado vitorioso. Dessa forma, encontramos mais uma relação com a crise do Golfo, quando militares iraquianos foram acusados de abusos cometidos contra nacionais kuwaitianos, ou ainda, o uso de estrangeiros que eram residentes no Iraque e Kuwait, utilizados como escudo humano para evitar o ataque dos aliados.

Além disso, como vimos no segundo capítulo, a diplomacia da violência é uma aplicação diferente para a estratégia militar. É usar o Poder Militar para coerção e intimidação. Os instrumentos da guerra passaram a ser mais punitivos que aquisitivos. Sendo assim, durante a crise do Golfo, por exemplo, a recusa do Kuwait em ceder aos reclames de Saddam Hussein e, posteriormente, a recusa do Iraque em atender à imposição do CSNU, levou à punição. O uso

aquisitivo do Poder Militar seria utilizar a força bruta, sem negociar, para tomar o que deseja. Notamos, portanto, nos fatos históricos citados, ao longo da nossa pesquisa, que o uso limitado da força ou ameaça de uso foram utilizados, para intimidar e influenciar a decisão do adversário, a fim de alcançar objetivos políticos. Diante da recusa em aceitar os termos propostos, durante a coerção, a força bruta foi utilizado para punir. Sendo assim, a diplomacia da violência.

Ao chegarmos ao final deste capítulo, concluímos que a confrontação mostrou aderência entre a crise do Golfo e a teoria da coerção. Na primeira fase da manobra de crise entre Iraque e Kuwait, percebemos que os EUA não deixaram as suas intenções claras em relação a uma possível invasão do Kuwait, o que acabou levando à falha da dissuasão. Outrossim, o Kuwait errou em deixar com outros Estados a função de dissuadir futuros inimigos. Errou ainda em não utilizar as suas forças militares para tentar influenciar o Iraque.

Na segunda fase, as forças da coalizão conseguiram dissuadir o Iraque a não invadir a Arábia Saudita. As ações foram firmes e não deixaram dúvidas de que a força bruta seria empregada em caso de desobediência. Posteriormente, a modalidade compulsão da coerção teve todas as suas características utilizadas para persuadir Saddam Hussein a deixar o Kuwait. Foi estabelecido um prazo para solucionar a crise, visou ao movimento por parte do Iraque e foi ofensiva ao direcionar as forças militares da coalizão em direção às tropas iraquianas que deveriam sair do Estado ocupado ou sofrer as consequências. Entretanto as convicções do ex-líder iraquiano em acreditar na vitória política, mesmo diante do fracasso militar, ocasionou a falha da coerção. Sendo assim, concluímos que o Poder Político, que é o responsável em conduzir a manobra de crise, pode ou não ceder diante da coerção de outro Estado, vai depender dos interesses envolvidos ou vantagens que acredita poder atingir.

Por fim, as características do Poder Naval, por exemplo, permanência e mobilidade, permitiram aplicar as sanções impostas pelo CSNU ao Iraque. Ao encerrar o desenho de pesquisa proposto, será iniciada a conclusão do trabalho no próximo capítulo.

5 CONCLUSÃO

O propósito desta dissertação foi analisar a crise ocorrida no Golfo Pérsico, no período entre 1990 e 1991, sob a ótica dos fundamentos teóricos da coerção para usos diplomáticos. Para alcançar o objetivo do trabalho, foi empregado como desenho de pesquisa o confronto entre a teoria e a realidade com o intuito de identificar a existência de pontos de aderência.

Primeiramente, realizamos uma abordagem geral do nosso tema e delimitamos o objeto de estudo. No segundo capítulo, abordamos os conceitos de crise internacional político-estratégica e o emprego do Poder Naval em manobra de crise. Dessa forma, foi possível validar que houve uma crise internacional político-estratégica, antes da Primeira Guerra do Golfo, o que permitiu sua análise sob a ótica da coerção. Além disso, em busca dos pressupostos teóricos relevantes ao confronto com o objeto selecionado, realizamos uma síntese do conceito de coerção na interpretação de Thomas Schelling (1966). Para tal, destacamos os seus elementos fundamentais, sejam eles a coerção e seus componentes dissuasão e compulsão, além da diferença entre força bruta e coerção, bem como a definição de diplomacia da violência.

A análise da teoria nos apresentou alguns aspectos importantes. O primeiro foi o emprego do Poder Militar, na manobra de crise, em especial, o Poder Naval, por suas características de permanência, mobilidade, versatilidade e flexibilidade que permitem a expressão militar do Poder Nacional ser utilizada como instrumento de barganha no campo diplomático. Um exemplo de sucesso, no emprego do Poder Naval na crise do Golfo, ocorreu no embargo econômico, imposto pelo CSNU, que cortou o fluxo do comércio marítimo iraquiano. A sanção impediu o Iraque de comercializar o seu principal produto, o petróleo, minando a sua já enfraquecida economia.

Posteriormente, notamos que a coerção se divide em duas vertentes, em que uma é ativa e a outra é passiva. A dissuasão é a passiva, exige espera, só ocorrerá o uso da força bruta

caso o antagonista ultrapasse o limite estabelecido. Dessa maneira, o Poder Militar mostrou-se mais uma vez importante, para conseguir dissuadir um possível oponente a não realizar um movimento que seja desfavorável aos nossos interesses. Assim, é necessário ter uma capacidade de defesa preparada para o caso de falha da dissuasão e ser compatível com os nossos objetivos. Deverá, também, durante as negociações, ser convincente o suficiente para não deixar dúvidas no adversário de que estamos prontos e dispostos a seguir até as últimas consequências.

Em relação à componente ativa da coerção, compulsão, tem como objetivo convencer o adversário a realizar ou desfazer um movimento que nos seja favorável. Para tal, precisa realizar uma ameaça clara, com um prazo determinado para o antagonista obedecer às exigências ou enfrentar as consequências. Essa ameaça só será crível, caso a capacidade militar seja suficiente, para convencer o oponente de que os efeitos da não obediência custará muita caro. Em oposição à dissuasão, que tem um caráter defensivo, a compulsão é ofensiva. Exigirá um movimento do nosso Poder Militar para ir ao encontro das forças adversárias, a fim de tornar a ameaça convincente, bem como forçar o oponente a mover-se. Portanto, o Estado que desejar aplicar esse modelo de coerção deverá estar preparado para cumprir as suas ameaças em caso de falha nas negociações.

Em seguida, notamos que a principal diferença entre força bruta e coerção reside no fato de usar suas capacidades militares para negociar ou não; a coerção é o uso limitado ou ameaça do uso da força para alcançar objetivos específicos. Por outro lado, a força bruta não envolve negociação, significa conquista. Decorrente disso, houve a transição da aplicação do Poder Militar de alcançar uma demanda puramente militar, para o seu emprego como instrumento de barganha nas negociações. Passou a ter um caráter de punição e intimidação. Então, a diplomacia da violência está diretamente relacionada com a capacidade que um Estado possui em causar destruição a outro e o uso limitado ou ameaça de uso dessa capacidade para alcançar objetivos políticos.

No terceiro capítulo, realizamos um resumo do contexto histórico escolhido e, dessa forma, descrevemos que os fatores econômicos, geográficos e políticos foram os catalisadores para a crise. Além disso, as ambições de Saddam Hussein, em tornar-se o líder de os Estados árabes, fizeram eclodir a invasão iraquiana no Kuwait. A ocupação gerou uma rápida resposta internacional, com destaque para os EUA que lideraram uma força de coalizão com mais de 30 Estados. O objetivo principal dos aliados era expulsar as forças do então líder iraquiano do pequeno Estado árabe. Em conjunto, o CSNU emitiu diversas resoluções, para restabelecer o *status quo* do Kuwait, culminando com a resolução 678 que autorizava o emprego de todos os meios necessários para isso. Por outro lado, Saddam Hussein interpretou, erroneamente, que os Estados árabes não aceitariam a intervenção estadunidense ou de qualquer outra força militar, não árabe, nos assuntos internos. Assim considerou que teria a capacidade necessária, para prolongar a guerra, caso fosse o desejo dos aliados, até forçar os EUA a negociarem um cessar fogo. Esse fato, caso fosse atingido, o deixaria em uma posição de prestígio político melhor se comparado ao aceite dos termos de retirada incondicional do território kuwaitiano. Sendo assim, diante do impasse, em 17 de janeiro de 1991, teve início a campanha militar contra as forças iraquianas, passando da manobra de crise para a Guerra. As tropas de Saddam sucumbiram diante da superioridade da coalizão e o cessar fogo foi assinado em 3 de março de 1991.

Por fim, visando responder à questão da pesquisa, no quarto capítulo, comparamos a teoria da coerção com a crise do Golfo. Desse confronto, concluímos que a dissuasão deve ser acompanhada de uma mensagem explícita ao adversário que avançar sobre os limites impostos, por exemplo, as fronteiras do nosso Estado, terá consequências tão duras que não compensarão as possíveis conquistas. Dessa maneira, percebemos que o Kuwait delegou essa responsabilidade a outros Estados e acabou sofrendo a invasão iraquiana. Esse fato nos remete à importância de preparar o Poder Militar para que o próprio Estado decida como vai conduzir as suas negociações e interesses diante de um possível antagonista.

Posteriormente, identificamos que o caso de sucesso em dissuadir Saddam Hussein a não expandir suas conquistas, além do Kuwait, foi obtido por intermédio de uma combinação entre um Poder Militar forte e uma mensagem direta que a força seria utilizada em caso de não obediência. Todavia a mesma força militar e ameaças contundentes, na aplicação da compulsão, para influenciar na retirada das tropas iraquianas, não foram suficientes. Percebemos, então, que o Poder Político pode ou não ceder diante de uma força militar mais forte. A decisão dependerá das possíveis vantagens no campo político, mesmo que custe uma derrota militar.

Podemos afirmar que o propósito desta pesquisa foi atingido, todas as questões, central e complementares foram respondidas, ao encontrarmos aderência entre a teoria da coerção e a crise do Golfo Pérsico. Os principais pontos de aderência foram: o posicionamento das forças militares iraquianas, na fronteira com o Kuwait, na tentativa de obter vantagens nas negociações por imposição do medo; as características da dissuasão em dois momentos distintos da crise. O primeiro na falha do Kuwait em impedir o movimento iraquiano em direção ao seu território e, depois, o sucesso dos aliados em convencer o ex-líder iraquiano a não alterar o *status quo* da Arábia Saudita; as características ofensivas da compulsão visualizadas na tentativa das forças da coalizão em influenciar Saddam Hussein a sair do Kuwait sem lutar; e a diplomacia da violência utilizada pelo Iraque ao empregar a força bruta para punir o Kuwait devido a não obediência as exigências impostas, assim como a coalizão castigou o Iraque.

A crise analisada nos mostrou que o líder político de um Estado precisa conhecer as suas reais capacidades militares e as possíveis reações que a comunidade internacional pode tomar em oposição às suas aspirações expansionistas, bem como o risco envolvido em delegar para outros Estados a sua capacidade de defesa. Como sugestão de futuras pesquisas, com fito de ampliar a aplicação dessa teoria, sugerimos realizar a comparação das características da coerção e suas componentes, defensiva e ofensiva, com outra manobra de crise que tenha apresentado sucesso em evitar a guerra.

REFERÊNCIAS

- AL-AMJI, Hussain. *KOC Achieves Fast and Accurate Production Allocation Reporting Using Avocet Platform*: Systematic data collection and standardized workflows improve data visualization, validation, and reporting, Kuwait. In: SCHLUMBERGER, Mark of. Schlumberger. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.slb.com/-/media/files/software-integrated-solutions/case-study/avocet-koc-kuwait-cs.ashx>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Coordenação da tradução de João Ferreira. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 1299 p.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Escola de Guerra Naval. LS-V-9901. *A Guerra do Golfo*. Rio de Janeiro: 1998.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina Militar Naval*. Brasília: 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD 51 – M 04. *Doutrina Militar de Defesa*. 2 ed. Brasília: 2007.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD 35-G-01. *Glossário das Forças Armadas*. 5 ed. Brasília: 2015.
- CABLE, James. *Diplomacy at Sea*. London: Macmillan, 1985. 191 p.
- CASEY, Michael S. *The History of Kuwait*. London: Greenwood Press, 2007. 160 p.
- COGGIOLA, Osvaldo. *A revolução Iraniana*. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2008. 151 p.
- DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2013. 305 p.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científica*. 8 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p. (Coleção Aprender).
- FREEDMAN, Lawrence; KARSH, Efraim. *The Gulf Conflict 1990-1991: diplomacy and war in the new world order*. New Jersey: Princeton University Press, 1993. 504 p.
- GEORGE, Alexander L.; SIMONS, William E. *The Limits of Coercive Diplomacy*. 2 ed. Colorado: Westview Press, 1994. 310 p.
- LAGARDE, Dominique. Guerra do Golfo (1990-1991). In: HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre. *O Século de Sangue 1914 – 2014: as vinte guerras que mudaram o mundo*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015, cap. 15, p. 356-374. *E-book* (522 p.).
- LUTTWAK, Edward N. *The Political uses of sea power*. Baltimore e London: The Johns Hopkins University, 1974. 79 p.

MAHAN, Alfred Thayer. *The influence of Sea Power upon history 1660-1783*. New York: Dover Publications, INC., 1987. 557 p.

MAROLDA, Edward J.; SCHNELLER JÚNIOR, Robert J. *Shield and Sword: United States Navy and the Persian Gulf War*. Washington: Naval Historical center, 1998. 517 p.

MILLER, Judith; MYLROIE, Laurie. *Saddan Hussein e a crise do Golfo*. Tradução de Vera Maluf. 2 ed. São Paulo: Scrita Oficina Editorial Ltda, 1991. 203 p.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN TOFT, Ivan M. *Princípios de relações internacionais*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 448 p.

MORGAN, Patrick M. *Deterrence Now*. New York: Cambridge University Press, 2003. 331 p.

OBERDORFER, Don. Missed signals in the Middle East. In: *The Washington Post*. Washington D.C. 17 mar. 1991. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/magazine/1991/03/17/missed-signals-in-the-middle-east/23132c7e-ba22-48dc-9533-84558f0d2cb5/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 660 de 2 de agosto de 1990. *On Iraq invasion of Kuwait*. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/94220?ln=en>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 661 de 6 de agosto de 1990. *On sanctions against Iraq*. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/94221?ln=en>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 665 de 25 de agosto de 1990. *On implementation of Security Council resolution 661 (1990), especially its provisions related to shipping*. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/95664?ln=en>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

RAZOUX, Pierre. A Guerra Irã-Iraque: primeira Guerra do Golfo (1980-1988). In: HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre. *O Século de Sangue 1914 – 2014: as vinte guerras que mudaram o mundo*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015, cap. 13, p. 320-339. *E-book* (522 p.).

SCHELLING, Thomas C. *Arms and Influence*. London: Yale University Press, 1966. 293 p.

TILL, Geoffrey. *Sea Power: a Guide for the Twenty-First Century*. 2 ed. London: Routledge, 2009. 409 p.

TOSTA, Octavio. RATZEL, o precursor da Geopolítica. In: TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, cap 1, p. 7-12.

VIDIGAL, Armando A. Ferreira. A Guerra do Golfo – Uma Análise Político-Estratégica e Militar. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 112, n. 1/3, p. 15-62. jan./mar. 1992.

WAACK, Willian. Guerras do Golfo. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 465-491.

ANEXO A



FIGURA 2 - Mapa do Kuwait.

Fonte: CASEY, 2007, p. 3.

ANEXO B

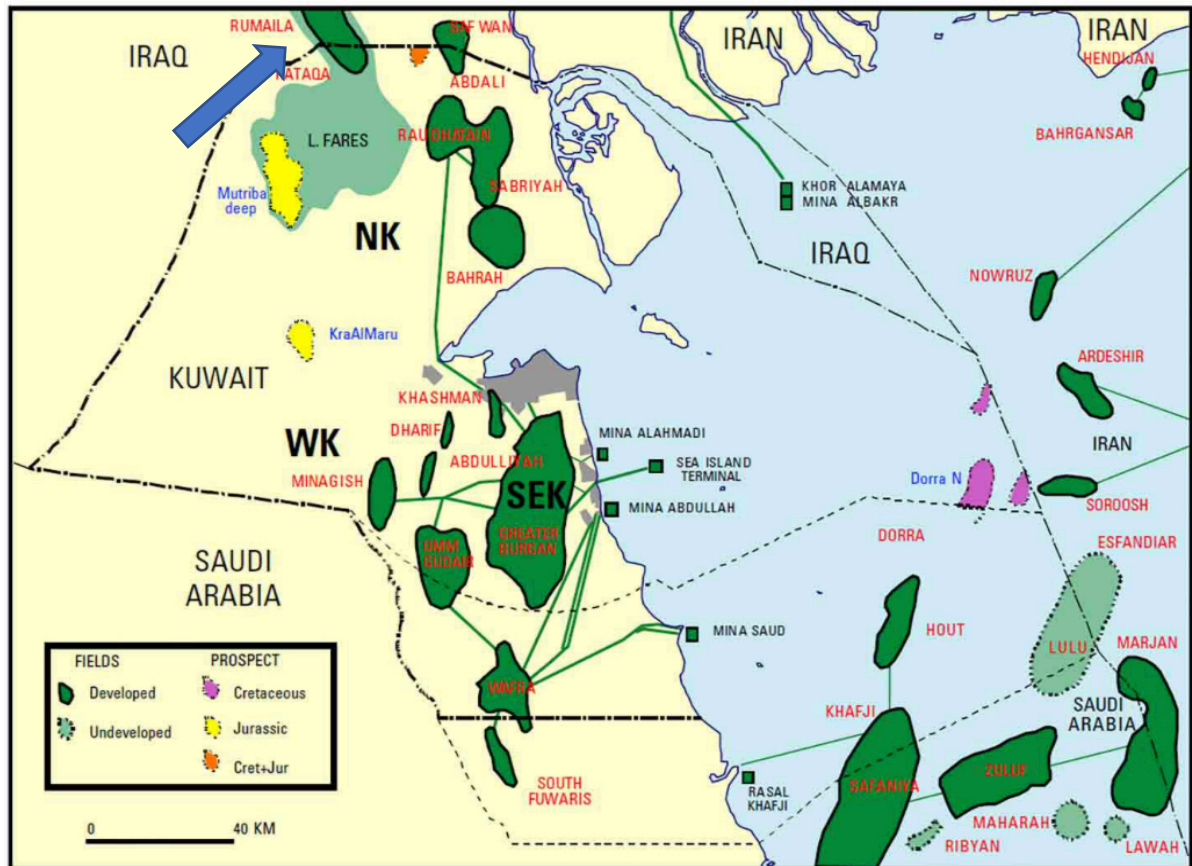


FIGURA 3 - Mapa de campos de petróleo na região do Golfo Pérsico.

Fonte: AL-AMJI, 2016. Disponível em: <<https://www.slb.com/-/media/files/software-integrated-solutions/case-study/avocet-koc-kuwait-cs.ashx>>. Acesso em: 23 jun. 2021. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de uma seta, para indicar o campo de petróleo que está localizado na fronteira entre o Iraque e o Kuwait).

ANEXO C

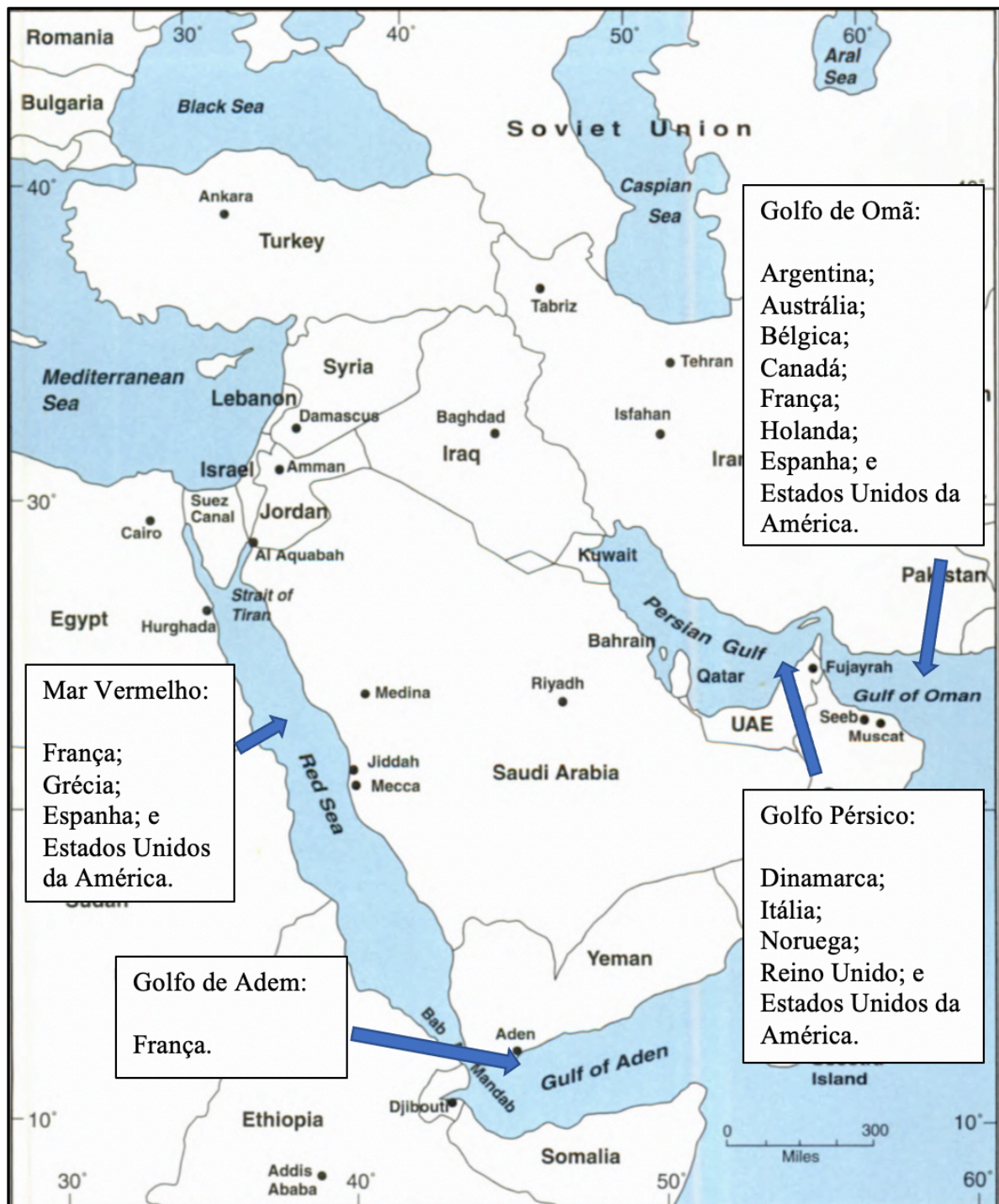


FIGURA 4 – Setores de responsabilidade da Operação de Interdição Marítima.

Fonte: BRASIL, 1998, p. A-5; MAROLDA; SCHENELLER JÚNIOR, 1998, p. 6.